



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS DE MIRACEMA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO**  
**SOCIAL**

**LÉIA LEDIANE GROSS**

**SERVIÇO SOCIAL, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL:**  
**REFLEXÕES PARA O DEBATE**

**MIRACEMA DO TOCANTINS/TO**

**2021**

LÉIA LEDIANE GROSS

SERVIÇO SOCIAL, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL:  
REFLEXÕES PARA O DEBATE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosemeire dos Santos

MIRACEMA DO TOCANTINS/TO

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- G878s Gross, Léia Lediane .  
Serviço Social, Família e Proteção Social: : Reflexões para o debate . / Léia Lediane Gross. – Miracema, TO, 2021.  
102 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2021.  
Orientadora : Rosemeire dos Santos
1. Serviço Social . 2. Família. 3. Fundamentos históricos. 4. Proteção Social . I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LÉIA LEDIANE GROSS

SERVIÇO SOCIAL, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL:  
REFLEXÕES PARA O DEBATE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Rosemeire dos Santos – Orientadora – UFT –

---

Profa. Dra. Regina Célia Tamasso Miotto – Examinadora - UFSC

---

Profa. Dra. Maria Helena Cariaga Silva – Examinadora - UFT

A todos que me acompanham nessa trajetória universal, que se chama vida, que de maneira singular participam da construção e reconstrução do meu ser particular.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero ignorado, e calmo  
Por ignorado, e próprio  
Por calmo, encher meus dias  
De não querer mais deles.  
Aos que a riqueza toca  
O ouro irrita a pele.  
Aos que a fama bafeja  
Embacia-se a vida.  
Aos que a felicidade  
É sol, virá a noite.  
Mas ao que nada espera  
Tudo que vem é grato.

Ricardo Reis

Gratidão é uma das virtudes que mais admiro nos seres humanos. Escolhi o poema de Ricardo Reis por considerar que este, expressa de maneira mais precisa o que sinto no presente, sou grata a todos e todas que participaram da minha trajetória acadêmica até este momento, cada um contribuindo a seu modo, especialmente: Pai e Mãe, aqueles que me deram a vida e proporcionaram as condições para o desenvolvimento do meu ser, espero poder retribuí-los por todas as dificuldades que enfrentaram para que isso fosse possível.

Agatha e Matheus, filhos queridos, pela doçura e carinho dispensados em todos os momentos, especialmente, naqueles de cansaço e aflição, que possam compreender tantas ausências.

Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social especialmente, Jamilla e Mary, sempre prontas para me dar apoio e suporte nos momentos difíceis, e aos demais, que compartilharam comigo momentos de alegria, esperança e angústia, em tempos tão difíceis, proporcionando conforto nestas ocasiões.

Aos irmãos Nascimento, especialmente ao senhor Antônio, pelo apoio e conforto nos momentos em que mais precisei, pelo companheirismo, respeito e incentivo e paciência nos momentos de crise.

Aos colegas de trabalho técnicos administrativos (TAE) e aos servidores terceirizados, trabalhadores e trabalhadoras que desempenham papel fundamental na Universidade Federal do Tocantins – UFT e merecem reconhecimento.

Ao corpo docente do Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, pela dedicação, compromisso, transmissão de conhecimento e apoio, em especial, à minha orientadora, professora Profa. Dra. Rosemeire dos Santos, a quem sou muito grata pela dedicação, paciência e colaboração sempre, que tornaram possível esse.

Muito obrigada a tod@s! Por fim, agradeço a vida e a todos os entes que desta participam.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho dissertativo é analisar o debate sobre a família no contexto das elaborações teóricas do Serviço Social, considerando o desenvolvimento sócio histórico da profissão. O ponto de partida das análises se situa na verificação de que a vinculação profissional do Serviço Social e a temática da família se processa desde o processo de institucionalização da profissão até os dias atuais, todavia, a intervenção junto a família ainda guarda processos complexos e contraditórios, que muitas vezes resultam em ações profissionais conservadoras no âmbito das políticas de proteção social. A pesquisa se constitui em uma análise qualitativa de revisão bibliográfica, com fundamentos na teoria social crítica, considerando a produção teórica do Serviço Social sobre a temática. No primeiro capítulo aborda-se o processo de constituição das políticas sociais no Estado capitalista, considerando que a política social constitui a medição fundamental da vinculação entre o Serviço Social e a família, desse modo apresenta-se elementos para contextualizar como se processa tal vinculação no contexto da sociabilidade capitalista no âmbito de suas contradições. No segundo capítulo realiza-se um resgate histórico das elaborações teóricas sobre a família no contexto do Serviço Social, destacando de que maneira a família é interpretada pela profissão no contexto dos diferentes projetos profissionais. Conclui-se que a família, enquanto instituição sócio histórica e objeto de intervenção profissional, ainda guarda elementos contraditórios que necessitam de maiores aprofundamentos e análises no âmbito da produção teórica da profissão, demarcando o desafio de avançar no fortalecimento da direção social assumida hegemonicamente pela categoria, com fins de se desenvolver estratégias sociopolíticas profissionais adequadas ao trabalho com famílias no âmbito do Serviço Social, que possam contemplar, tanto o seu projeto profissional, como as famílias que vivem do trabalho.

**Palavras-chaves:** Serviço Social. Família. Fundamentos teórico metodológicos. Proteção Social.



## ABSTRACT

The aim of the present dissertation work is to analyze the debate about the family in the context of the theoretical elaborations of Social Work, considering the socio-historical development of the profession. The starting point of the analyzes is the verification that the professional bonding of Social Work and the family theme is processed from the process of institutionalization of the profession to the present day, however, the intervention with the family still has complex and contradictory processes, which often result in conservative professional actions within the scope of social protection policies. The research constitutes a qualitative analysis of bibliographic review, based on critical social theory, considering the theoretical production of Social Work on the theme. The first chapter deals with the process of constitution of social policies in the capitalist state, considering that social policy constitutes the fundamental measurement of the link between Social Work and the family, thus presenting elements to contextualize how this link occurs in the context of capitalist sociability at the heart of its contradictions. In the second chapter, a historical review of the theoretical elaborations about the family in the context of Social Work is carried out, highlighting how the family is interpreted by the profession in the context of different professional projects. It is concluded that the family, as a socio-historical institution and object of professional intervention, still has contradictory elements that need further deepening and analysis within the scope of the profession's theoretical production, demarcating the challenge of advancing in strengthening the social direction assumed by the category, in order to develop professional socio-political strategies suitable for working with families within the scope of Social Work, which can contemplate both their professional project and the families who live from work.

**Keywords:** Social Work. Family. Theoretical methodological foundations. Social Protection.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO CAPITALISTA: CONTRIBUIÇÕES PARA CONTEXTUALIZAR O DEBATE .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>A particularidade da “questão social” no Brasil e a institucionalização das demandas sociais da classe trabalhadora.....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DEBATE ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A FAMÍLIA.....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>O significado sócio histórico do Serviço Social.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2</b>	<b>Famílias: dilemas e desafios históricos para os assistentes sociais.....</b>	<b>55</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, tem como finalidade analisar a relação entre o serviço social e a família a partir das construções teóricas sobre esta temática, presentes no discurso profissional, em uma relação de intersecção que ocorre desde a gênese da profissão até os dias atuais.

Ao longo do processo, que compreende a institucionalização e a legitimação do Serviço Social, na divisão sócio técnica do trabalho no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), a família sempre esteve vinculada de maneira particular à intervenção profissional dos assistentes sociais. Resguardadas as distintas concepções referentes à essa temática, no curso do desenvolvimento profissional, compreende-se que a família sempre foi mote privilegiado da intervenção profissional do Serviço Social<sup>1</sup>, desde as ações conservadoras e fiscalizatórias, empreendidas no início da profissão, até a atualidade, com a crescente incorporação da família como referência na formulação da política social brasileira, a partir da década de 1990.

Apesar da centralidade destacada, o debate teórico no âmbito profissional, a respeito da família, manteve-se em segundo plano no seio da categoria, especialmente após o movimento de Reconceituação<sup>2</sup>. Contudo, é apenas por volta dos anos 2000, que o debate sobre a família ganha corpo no âmbito da pesquisa e do debate teórico da profissão, processo impulsionado, principalmente, pela já mencionada incorporação desta categoria enquanto elemento central para o desenvolvimento das políticas sociais.

Esta inclusão determinou aos profissionais o desafio de situar o debate sobre a família, e também o trabalho com famílias, no âmbito da profissão sobre as novas bases teórico-metodológicas da área - assumidas de maneira hegemônica pela categoria no momento pós-Reconceituação, e que possuem fundamentos na teoria social crítica marxista e marxiana.

A questão a ser percebida no cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais, no decorrer de sua institucionalização e consolidação, enquanto profissão assalariada, é que esta se vincula majoritariamente ao trabalho junto a famílias em situação de pobreza, uma relevante expressão da “questão social”<sup>3</sup> que afeta sobremaneira a sociabilidade mundial, em

---

<sup>1</sup> Considerando que tal relação se processo por meio da mediação fundamental das políticas sociais, *locus* privilegiado de atuação profissional.

<sup>2</sup> Processo que marca o Serviço Social brasileiro e latino americano no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 - e que expressa a busca da área por novos caminhos teórico metodológicos, técnico – operativos e ético-políticos para a leitura da realidade social e intervenção profissional (PAULO NETTO, 2017).

<sup>3</sup> O conceito será abordado no decorrer do trabalho.

especial a sociedade brasileira, que se caracteriza por uma economia periférica e com significativa concentração de riqueza.

O trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais é perpassado por inúmeros condicionantes pessoais e institucionais que, por vezes, determinam em sua ação padrões fiscalizatórios e moralizantes, como a responsabilização da família por sua situação de pobreza, em um Estado e sociedade, que a cada dia se fazem mais penais em suas relações sociais. Nesse sentido, evidencia-se a constatação empírica de que as instituições brasileiras, afetas ao nexos liberal, isto é, à defesa da não intervenção estatal nas relações de produção, utilizam a justificativa de manutenção da economia em seus posicionamentos reacionários e conservadores, tendo em vista que, no país, em geral, as instituições públicas possuem uma subserviência ao poder e às elites, relegando à população em situação de pobreza um tratamento diferenciado, afeto à legislação e ao proibicionismo.

Desse modo, trabalhar com famílias é um desafio cotidiano que perpassa todos os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, tendo como princípio que a família é a instituição mais afetada pelas expressões da “Questão Social”.

Compreender as contradições e limites da intervenção profissional, frente a uma superestrutura pautada em ideais de base axiológica de exploração e dominação, torna-se uma tarefa essencial para o profissional com formação em serviço social, que cotidianamente se depara com as contradições das relações sociais. É a partir das considerações expostas que se conformam às inquietações presentes neste trabalho dissertativo, a respeito da relação entre o serviço social e a família, principalmente no que concerne às construções teóricas elaboradas pelos assistentes sociais no curso do desenvolvimento profissional.

Tais considerações sugerem três variáveis iniciais de análise: 1) Quais elementos determinam historicamente a relação entre o serviço social e família frente as contradições da sociabilidade e o cenário de desproteção social das famílias brasileiras? 2) Quais as concepções de família presentes no debate teórico do Serviço Social em seu processo de institucionalização e desenvolvimento? O objetivo deste trabalho dissertativo, portanto, é analisar a relação entre o Serviço Social e a família, desde a sua gênese e institucionalização, considerando as construções teóricas desenvolvidas pelos assistentes sociais sobre a família e as particularidades da “questão social” no Brasil.

Na presente dissertação, pretende-se abordar algumas reflexões essenciais referentes ao debate posto. Tais questões emanam do processo reflexivo para a elaboração do objeto de pesquisa da dissertação de Mestrado em Serviço Social na UFT, tendo como tema central a relação paradoxal que se estabelece entre a família e o serviço social. Destaca-se que o

caminho metodológico de construção do objeto de pesquisa expressa a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, considerando que categorias como o serviço social; direitos sociais; institucionalização de crianças e adolescentes; família e trabalho social com famílias, são elementos que ganham centralidade em seu processo de formação e atuação profissional.

É importante destacar ainda, que a presente proposta surge pela demanda da realidade concreta, uma vez que se ancora no processo de formação acadêmica da pesquisadora, bem como em uma experiência empírica de exercício profissional no Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Guaraí (TO), no qual a mesma prestava apoio técnico como Assistente Social, no Serviço de Acolhimento Institucional do referido município.

Portanto, conforme destacado pela proposta de desvelamento do real pelos fundamentos da filosofia da práxis, trata-se de uma inquietação originária do mundo concreto e que desafia a consciência da pesquisadora. Nesse contexto, destaca-se que durante o exercício profissional no Sistema Único de Assistência Social, foi possível à pesquisadora verificar a relação entre a institucionalização de crianças e adolescentes e a criminalização das famílias em situação de pobreza. Desse modo, o Acolhimento Institucional foi uma temática que a instigou em virtude de ser um serviço permeado por contradições, principalmente no que se refere ao trabalho social realizado pelos assistentes sociais junto às famílias das crianças e adolescentes acolhidos.

Com essa verificação, foi possível elaborar uma investigação de tal roteiro, compreendendo-se que o objeto de estudo se constitui em um desafio singular, estabeleceu-se um percurso metodológico para a sua análise, dado a gravidade da realidade que se apresentava e a possibilidade de contribuir no pensamento coletivo da categoria sobre os rumos da ação profissional do Serviço Social na perspectiva crítica.

Desse modo, realizou-se uma pesquisa exploratória em nível de pós-graduação *lato sensu* no curso de Especialização em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal do Tocantins, a partir da análise da política de acolhimento e sua imbricação com a sociabilidade. Concluiu-se com tal trabalho, que no Brasil, as instituições carregam traços conservadores estabelecidos desde a formação sócio histórica do território nacional, com horizonte no processo colonial, tal realidade afetou ainda a formação sócio histórica da família brasileira, forjadas mediante processos de opressão, violência e exploração. No universo analisado, os profissionais, muitos originários das camadas populares, reproduzem o preconceito contra essa mesma classe, ou seja, o preconceito à pobreza, realidade verificada desde o modo como são feitas as “denúncias” dos fatos por membros dos conselhos tutelares,

até o próprio protocolo de atendimento institucional, além do parco financiamento dos serviços da instituição.

Portanto, no referido trabalho foi possível concluir, que ao fim e ao cabo, o que se efetiva na política de acolhimento institucional é uma verdadeira punição das famílias em situação de pobreza, e ainda mais grave, aquela que atinge crianças e adolescentes. Logo, aos assistentes sociais não cabe a reprodução de tal lógica, ao contrário, o sentido da ação profissional crítica reside em desenvolver alternativas em contraponto a tal nexos - entendendo que a instituição deve estabelecer procedimentos de apoio àquele que ela acolhe e a sua família, e nunca desenvolver mecanismos punitivos e de segregação.

O cotidiano institucional da pesquisadora, associado aos debates promovidos no Programa de PósGraduação em Serviço Social pela UFT, especialmente nas disciplinas “Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social” (ministrada pela Professora Dra. Rosemeire dos Santos) e “Estado, Política Social e Direitos Humanos” (ministrada pela Professora Dra. Vanda Micheli Burginski) despertaram o interesse da pesquisadora em realizar a pesquisa que resultou na construção desta dissertação. Assim, destaca-se que a pesquisa e seus possíveis desdobramentos são pertinentes ao desvelar crítico da ação profissional junto às famílias, considerando que este debate ainda apresenta algumas lacunas no âmbito profissional, que determinam práticas associadas ao pensamento conservador, que mais criminalizam e punem a família do que viabilizam ações coadunadas ao projeto emancipatório.

Considera-se ainda que o avanço do debate sobre a família no âmbito do Serviço Social, é importante para elucidar a intervenção dos assistentes sociais no cotidiano profissional, principalmente naquilo que se refere às "armadilhas" que os textos institucionais apresentam, como por exemplo, a “matricialidade familiar” e o “fortalecimento de vínculos familiares”, presentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Os dois conceitos apontados direcionam o trabalho profissional para a família, que é o mote central da intervenção segundo estabelece a referida política pública<sup>4</sup>, principalmente quando se trata de situações de institucionalização de crianças e adolescentes devido a

---

<sup>4</sup> “A Matricialidade Sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social (BRASIL, MDS, 2009, p. 12). Nesse contexto, destaca-se que “o Estado tem deixado responsabilidades que são de natureza pública para o universo privado, a família. A partir da trajetória de centralização da família, conforme já descrito acima, observa-se que ao tempo em que o Estado entende a família como a principal e mais importante esfera social, por vezes também a culpabiliza diante das situações e problemáticas sociais decorrentes. Isso se demonstra principalmente pelo fato de que a família é constantemente cobrada a realizar as mudanças no universo privado, que diz respeito diretamente ao cotidiano, sem considerar o nível da sociedade macroeconômica na qual as famílias estão inseridas” (MARQUES, 2014, p. 7).

negligência familiar, sendo portanto, fundamental nesse contexto a compreensão da família enquanto categoria de estudo, como forma de evitar posturas que naturalizam a família enquanto “base da sociedade”, “criação divina”, ou propõe-se um ajustamento ao padrão familiar burguês.

A partir de tais considerações, compreende-se que a relação entre a profissão e a família, de modo geral, tem como mediação fundamental as políticas sociais, mediação que se evidencia desde a institucionalização da profissão, quando esta é chamada a atuar frente às diversas expressões da “questão social”. Diante desse cenário, compreende-se que o debate sobre a política social, seus fundamentos e as contradições do modo de produção capitalista, são elementos importantes no contexto de apreensão da relação entre o Serviço Social e a família, considerando as particularidades históricas da constituição das políticas de proteção social no contexto latino-americano.

O ponto de partida deste trabalho, é a compreensão de que a atuação nas políticas de proteção social exige qualificação teórico metodologicamente para decifrar a realidade que permeia as ações profissionais do cotidiano institucional, de maneira que a intervenção junto às famílias nas políticas sociais possa viabilizar alternativas à ordem imposta pelo *status quo*.

No que se refere aos procedimentos metodológicos da pesquisa, destaca-se que o referencial teórico se baseia no método crítico dialético, que busca apreender nas relações sujeito-objeto as mediações fundamentais entre essência e fenômeno, tomando a categoria da totalidade como característica fundamental da própria realidade (PONTES, 1989).

Desse modo, coaduna-se a tradição que remonta a um debate filosófico e social das variadas formas de sociabilidades, evidentemente com uma lógica específica que se contrapõe a outras tradições conceituais - que em muito contribuíram para determinar o pensamento dos homens. De fato, a tradição crítica e histórica ganha força a partir do pensamento de Marx, que compreende a realidade concreta como elemento de existência e de definição do pensar.

Para este, não há que se falar em ideias inatas ou verdades inquestionáveis, essas são produto da experiência, são provenientes do processo cognitivo que conforma a observação, a pré-ideação e a interação com o mundo. É importante observar que o debate estabelecido por Marx ganha corpo em sua crítica à Hegel (2003), isto é, ao enfrentar a dialética hegeliana e os representantes da filosofia alemã, Marx desloca a análise da realidade do plano das ideias para o da realidade concreta, em que estas são geradas, destacando a percepção de que a realidade e sua devida interação põe determinações na consciência do ser social (PAULO NETTO, 2001).

Assim, este modo de pensar se ajusta a interpretação da realidade do capital e determina, nesse processo, um arcabouço de categorias que auxiliam a compreender a sociabilidade moderna e, mais ainda, permite verificar que se faz necessário a ultrapassagem do imediatismo, ou da aparência fenomenal, para se chegar, por intermédio dos complexos de complexos e suas mediações, a síntese, que representa a realidade concreta.

De acordo com Kosik (2010), a realidade não se apresenta ao homem no plano da imediaticidade, por isso, a primeira apreensão empírica de um objeto não contempla a sua essência real, sendo necessário um esforço reflexivo do sujeito cognoscente para apreendê-la em suas múltiplas determinações. Cada objeto em si, representa uma totalidade concreta que, contudo, apresenta-se no plano da aparência de maneira abstrata, não sendo desvelada no plano imediato.

A categoria da totalidade, conforme (LUKÁCS, 2003), representa um todo complexo, formado por outros complexos mais simples, “complexo de complexos”, o que não significa que a totalidade seja a soma das partes, mas sim um conjunto de múltiplas determinações que conformam o real. São as múltiplas determinações dessa realidade que expressam a essência do real, portanto, ao se debruçar sobre uma realidade social, a princípio, o que pode ser identificado é apenas uma visão caótica do todo, pois não é possível apreender no plano da imediaticidade as determinações que conformam essa realidade.

Nesse sentido, evidencia-se que o referido método procura desvelar as contradições postas no real, partindo da apreensão do movimento da realidade, por meio da razão, visando alcançar o maior número de determinações de tal realidade.

O método é dialético, pois considera o movimento da realidade e suas contradições, e é também reflexivo, pois, parte do objeto real, porém abstrato, que é captado pela razão humana para depois realizar o caminho de volta mais rico em determinações. Nesse sentido, é preciso negar a realidade aparente para que seja possível desvelar a sua essência real.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (KOSIK, 2010, p. 50).

O método consiste, portanto, em alcançar a essência do objeto em análise, ultrapassando sua aparência empírica, dada no imediato.

O conhecimento desse processo pelo sujeito se opera através da reprodução pela razão teórica do movimento inerente ao real (objeto), onde é a categoria de mediação que permite a dissolução da aparência fenomênica, própria da faticidade



(imediaticidade), que partindo dos fatos empíricos vai operando passagens e conversões, saindo do abstrato, buscando o máximo de mediações possíveis, apreendendo a processualidade e os nexos lógicos que articulam os fatos historicamente; processando, então a “Síntese de múltiplas determinações”, chegando ao “concreto pensado”, depois de operar a “VIAGEM DE VOLTA” aos fatos, mais enriquecido de mediações, numa totalidade concreta. (PONTES, 1989, p. 24).

Nesse contexto, destaca-se que o objeto de pesquisa deste trabalho compreende um elemento da realidade, perpassado por inúmeras determinações e contradições presentes na formação social, política e econômica do país; na naturalização da família enquanto espaço privilegiado de proteção e afeto; quando na verdade a família é uma institucionalização social contraditória, que pode ser um lugar de proteção e afeto, como também de desproteções e riscos, na conformação e efetivação das políticas públicas, dentre outros complexos que possivelmente, ainda poderão ser identificados no desenvolvimento de pesquisas futuras.

Destaca-se que a escolha do referido método, se deu por se considerar o mais efetivo para compreender as contradições postas na realidade, e assim, por meio de sucessivas aproximações com o objeto de pesquisa, lançando mão da categoria de mediação, observá-lo em sua totalidade. Nesse sentido, é importante destacar que a totalidade concreta sempre é inacabada, justamente por se inserir no movimento dialético da realidade. Deste modo, o que se busca é uma aproximação mais fidedigna possível da essência, sendo impossível alcançar uma verdade absoluta e imutável.

A pesquisa realizada se caracteriza como um estudo bibliográfico e documental, conduzido por um percurso investigativo com a finalidade de elucidar as contradições fundamentais que perpassam a relação entre o Serviço Social e a categoria família no contexto da produção teórica da profissão. No processo de investigação e apreensão do objeto de estudo, realizou-se uma minuciosa revisão bibliográfica e rastreamento documental, selecionando, estudando e analisando as obras que tratam sobre a família e o serviço social desde a institucionalização da profissão, procurando relacioná-los às categorias de análise mais abrangentes: formação social capitalista no Brasil, cidadania, direitos, trabalho social, tomismo, positivismo, fenomenologia, marxismo, dentre outras.

Os instrumentos investigativos seguiram os pressupostos do estudo exploratório de revisão bibliográfica e documental, no qual a leitura é um instrumento fundamental para analisar as variáveis que surgem no curso do processo de investigação. Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

O enfoque teve como referência os pressupostos da pesquisa qualitativa, a fim de identificar elementos na realidade estudada, procurando desvelar nela as categorias apresentadas, como parte constitutiva do processo de investigação do objeto de estudo. Segundo Richardson, [...] “a reflexão não é um meio de demonstrar a validade da pesquisa para uma audiência, mas uma estratégia pessoal pela qual o pesquisador pode administrar a oscilação analítica entre a observação e a teoria que considera válida” (1999, p. 94).

Ao definir o objeto dessa pesquisa, a princípio, buscava-se realizar uma análise da relação entre o Serviço Social e a família no contexto dos diferentes projetos profissionais que se conformam em disputa na profissão, isto é, a análise voltava-se para a compreensão profunda da família no interior das principais tendências teórico metodológicas em disputa no contexto profissional, iniciando-se a partir da consulta aos primeiros Trabalhos de conclusão de curso realizados pelas pioneiras do Serviço Social na atual PUC-SP até a contemporaneidade. Todavia, diante da pandemia da Covid19, com as impossibilidades de viagem e a necessidade do isolamento social, verificou-se a inviabilidade da pesquisa previamente proposta. Nesse sentido, considerou-se para a realização dessa pesquisa trabalhos já realizados por outros Assistentes Sociais sobre a temática para análise das principais construções teóricas da profissão.

Diante do exposto, o universo de investigação compreende Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Dissertações, Teses e trabalhos científicos produzidos no âmbito do Serviço Social, nos quais o debate sobre a família e o Serviço Social são o mote central de análise, principalmente, artigos científicos publicados na revista Serviço Social e Sociedade, cujos títulos abordam a temática família. A escolha por este universo de investigação se deu pelo fato da referida revista ser um veículo de divulgação da produção intelectual do Serviço Social com projeção nacional, expressando as principais tendências da pesquisa na profissão, além desta possuir classificação no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC.

A primeira edição da revista Serviço Social e Sociedade, da Editora Cortez, foi publicada no ano de 1979, desde então, conforme Silva (2009) foram publicados 99 números da revista até 2009. A partir de 2010 a revista passou a ser disponibilizada online no site da SciELO, viabilizando e democratizando o acesso aos periódicos, a partir de então mais 25 números da revista foram publicados, contemplando o Serviço Social e áreas afins com temas e debates diversificados. A pesquisa compreendeu o rastreamento dos artigos publicados na referida revista, desde a sua primeira publicação, até o ano de 2019.

Concluídos os procedimentos de coleta e sistematização dos dados, realizamos uma leitura crítica e reflexiva do material selecionado, a análise de conteúdo<sup>5</sup> foi a técnica utilizada para desenvolver este estudo, buscando por meio da análise sistemática dos discursos compreender as concepções dos autores sobre os eixos indicados na categorização do objeto. Os resultados obtidos por meio da pesquisa foram organizados da seguinte maneira, no primeiro capítulo aborda-se elementos para compreensão das contradições que conformam a política social e o Estado capitalista, considerando-se que é nesse nexo que se processa a vinculação entre o Serviço Social e a família. No segundo capítulo, apresenta-se os resultados, obtidos por meio da revisão bibliográfica as fontes pesquisadas, as concepções teóricas presentes no contexto profissional, considerando o desenvolvimento sócio histórico da profissão, considerando que tais elementos são importantes no contexto de proposição e execução de intervenções profissionais com famílias, comprometidas com a direção sociopolítica assumida de maneira hegemônica pela profissão no movimento de tentativa de ruptura com o conservadorismo da profissão.

---

<sup>5</sup> A análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de análise das comunicações, não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos: ou, com maior rigor, será um instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de informação muito vasto: a comunicação (BARDIN, 2009.p. 33).

## CAPÍTULO II

### 2 POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO CAPITALISTA: CONTRIBUIÇÕES PARA CONTEXTUALIZAR O DEBATE

Embora a proposta central desse texto dissertativo seja analisar as construções teóricas sobre a família no âmbito do Serviço Social, considera-se pertinente destacar alguns elementos que permitem a reflexão sobre a política social no Estado capitalista, considerando que historicamente, a gênese e a institucionalização da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), estão associadas ao contexto de enfrentamento da “questão social” por meio das políticas sociais, isto é, a partir do reconhecimento e institucionalização de demandas sociais específicas da classe trabalhadora, por parte do Estado, como forma de assegurar a expansão do capitalismo monopolista<sup>6</sup>.

Nesse sentido, Mito e Nogueira (2013), apontam a relação visceral entre o Serviço social e as políticas sociais desde a gênese da profissão, ainda que as primeiras iniciativas, que serviram de base para a sua institucionalização, sejam identificadas a partir de ações de cunho assistencialista, empreendidas por frações da elite agro empresarial e da Igreja Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Diante do exposto, considera-se que a compreensão das requisições profissionais, na atualidade, demanda a apreensão da política social em sua relação com o Estado e o modo de produção capitalista, principalmente no contexto latino-americano, no qual as políticas sociais adquirem características específicas que refletem as determinações do capitalismo dependente. Desse modo,

Partimos do entendimento de que na América Latina a dinâmica da acumulação capitalista em nível mundial forjou um capitalismo *sui generis*, no sentido das particularidades instituídas nas relações capital x trabalho na região, conforme aponta Marini (2011). Tal dinâmica engendra o imperialismo e a dependência como “duas faces de uma mesma moeda” que determinam a forma como o capital se reproduz tanto nas nações centrais como nas ditas periféricas, ou seja, naquelas tecnologicamente mais desenvolvidas e nas subdesenvolvidas e dependentes. (HORST, 2018, p. 95, grifos do autor).

De acordo com Pereira (2008), a política social é um produto que resulta da relação conflituosa entre o Estado e a sociedade, isto é, das lutas de classes, e, portanto, expressa em

---

<sup>6</sup>**Capitalismo monopolista:** fase na qual a ação do Estado expande-se e conseqüentemente assume um caráter mais complexo e alinhada, tendo em vista a alteração da sua intervenção de forma funcional e estruturalmente direcionada para o atendimento das exigências do capital (PAULO NETTO, 1996).

seu âmago interesses colidentes e contraditórios. Nessa direção, se por um lado, o desenvolvimento das políticas sociais situa-se no contexto de construção de valores mais humanitários e de justiça social<sup>7</sup>, constituindo um conjunto de mecanismos capaz de regular a desigualdade social entre as classes sociais nos países capitalistas (BOSCHETTI, 2016), por outro, é importante destacar seu caráter contraditório, pois apesar de seu viés humanitário, seria errôneo compreendê-las como a simples evolução do bem-estar social coletivo, muito menos, caracterizá-las enquanto uma ação das classes dominantes voltadas para melhoria das condições de vida da coletividade (FALEIROS, 2014).

A trajetória histórica de evolução e reconhecimento dos direitos civilizatórios, isto é, da constituição e implementação por parte do Estado de sistemas de proteção social públicos<sup>8</sup>, constitui um processo de construção gradual, resultado de um longo histórico de lutas e disputas entre as classes sociais.

Nesse sentido, Coutinho (1997, p. 44), afirma que “[...]os indivíduos não nascem com direitos, os direitos são fenômenos sociais, são resultado da história [...]”, nessa direção, os direitos sociais não são compreendidos como algo inerente ao ser humano, pois são produtos do desenvolvimento da sociedade, que se estabelecem em contextos sócio históricos determinados pela luta de classes. Compreende-se que o direito só existe nas relações sociais concretas, fora destas, não passa de uma abstração, sua origem é, portanto, histórica e social, nesse sentido: “[...] as provisões de bem-estar social são, pois, resultantes de uma disputa por poder e recursos em movimentos de forças de interesses antagônicos, mas que se repõem e compõem conjunturalmente” (FALEIROS, 2014, p. 708).

Desse modo, as políticas sociais tem sua gênese atrelada ao processo de desenvolvimento capitalista, seu fundamento reside nas relações de exploração do **capital sobre o trabalho** (BEHRING, BOSCHETTI, 2008), respondendo tanto a demandas da classe trabalhadora, ao possibilitar o acesso a direitos sociais, civis e políticos podem amenizar suas condições de vida aviltantes, quanto ao capital, com a função ideológica de manutenção do *status quo* ao refletir principalmente as concepções e os interesses da classe dominante.

---

<sup>7</sup> De acordo com Menezes (2016) as primeiras elaborações do conceito de “justiça social”, podem ser identificadas nas obras neotomistas de Luigi Taparelli e R. P. Ch. Antoine, dada a sua importância, estabelecendo uma relação direta entre justiça social e dignidade humana. Contudo, a autora aponta que o termo justiça social passou a ter múltiplas interpretações a partir de elaborações diversas de forças do campo civil e político.

<sup>8</sup> Destaca-se que os Sistemas de Proteção Social referem-se a um “[...] conjunto organizado, coerente, sistemático e planejado de políticas sociais que garantem a proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência, educação[...]” (BOSCHETTI, 2012, p.756), portanto, vão além de políticas e programas sociais justapostos, nesse aspecto, a Proteção Social e as Políticas Sociais não se confundem.

Nessa direção, **o trabalho é elemento central para a compreensão do desenvolvimento da política social** no Estado capitalista, a partir da sua subordinação aos interesses valorativos do capital.

É justamente esta dualidade contraditória entre capital e trabalho que constituiu o sistema de proteção social, visto que, o processo produtivo do capital por sua lógica imanente não absorve toda a força de trabalho deixando à margem muitos trabalhadores, acirrando as expressões da questão social que irá pressupor a criação de medidas de proteção social para o trabalhador que perdeu momentânea ou permanentemente sua capacidade laborativa, via políticas e serviços sociais. (LIMA, 2017, p. 55).

Portanto, o desenvolvimento das políticas sociais ocorre concomitantemente ao desenvolvimento das forças produtivas e da separação entre a vida pública e a vida privada, isto é, com o advento da sociedade capitalista quanto mais a vida em sociedade foi perdendo seu caráter coletivo e a propriedade privada afirmada, evidencia-se a degradação do ser humano frente às desigualdades sociais expressas pelo conflito **capital/trabalho**. Nesse sentido, verifica-se a centralidade do trabalho no que concerne ao desenvolvimento das políticas sociais, tendo em vista seu papel central no desenvolvimento das forças produtivas.

Isto posto, compreende-se ser fundamental a aproximação aos fundamentos ontológicos do trabalho e o processo de subordinação deste ao capital, na análise da emergência das políticas sociais no modo de produção capitalista, uma vez que, esta atividade é indispensável para a constituição do ser social, ao viabilizar o atendimento das suas necessidades vitais de subsistência e conseqüentemente a sua reprodução social.

De acordo com Marx (1985) é por meio do trabalho, que o homem transforma os recursos naturais de que dispõe para produzir as condições materiais que visam atender suas necessidades físicas, biológicas e também espirituais, sendo assim, o trabalho é elemento indispensável para a reprodução social humana, pois a reprodução social deriva da necessidade de transformação da natureza em valores de uso, que atendam suas necessidades básicas de sobrevivência. Contudo, este processo não produz apenas bens materiais, produz também ideias e representações na consciência humana, determinadas pelas circunstâncias e relações sociais em que se efetivam.

[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985, p. 50).

Neste sentido, depreende-se a primeira determinação da categoria trabalho em Marx, o trabalho em seu sentido **concreto**, isto é, que se fundamenta em atividades que visam a satisfação das necessidades imediatas da vida humana, que se manifestam no seu **valor de uso**. Esse processo (trabalho), diferente do que ocorre em outras espécies de animais, não se dá apenas de modo instintivo, pois envolve o movimento reflexivo e consciente do homem de prévia ideação do objetivo almejado em sua consciência.

O trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, por que o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais tanto objetivas como subjetivas. (LESSA, 2011, p. 142).

Nessa direção, o trabalho representa a autogênese humana, pois por meio da relação entre o homem e a natureza, para que aquele possa extrair as suas condições de sobrevivência, a humanidade pode se constituir enquanto tal, diferenciando-se do meio natural. Em resumo, ao modificar o mundo natural para atender às suas necessidades básicas, por meio do desenvolvimento de uma ação consciente e intencional, que resulta necessariamente na criação de algo novo, sendo capaz de antecipar situações idealmente (pensamento teológico<sup>9</sup>) e desenvolve estratégias de sobrevivência transformando o mundo material, o homem modifica também a sua própria consciência (LESSA, 2011).

Nesse sentido, o trabalho se constitui no movimento reflexivo que o homem realiza ao pré-idealizar situações e ações ao nível abstrato, isto é, do pensamento, para depois concretizá-las orientadas para um determinado fim, isto é, possui uma finalidade ou intencionalidade já predefinida em sua razão<sup>10</sup>. Assim, o trabalho é o elemento que distingue o homem dos demais seres vivos, fator determinante para a “liberdade<sup>11</sup>” humana perante a natureza.

Todavia, ressalta-se que “[...] essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples do trabalho, não basta de modo algum, para o processo

---

<sup>9</sup> “Doutrina que considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins” (FERREIRA, 1986, p. 1658).

<sup>10</sup> O que não significa que o produto resultante de sua prévia ideação se concretize tal como idealizado.

<sup>11</sup> Nesse contexto, a liberdade refere-se à condição do homem de modificar e adaptar-se às intempéries da natureza, por meio do trabalho foi possível substituir a caça e a coleta de alimentos pela domesticação de animais e a agricultura, estabelece-se assim os elementos para a conformação das primeiras civilizações ou comunidades primitivas.

de produção capitalista [...]” (MARX, 1985, p. 151), assim, no modo de produção capitalista o trabalho se transmuta em um processo social de produção de mercadorias, deixando de ser um processo individual entre o homem e a natureza. Nesse horizonte, reside o **duplo caráter do trabalho**, pois, dependendo da forma como se organiza a produção da vida em sociedade, este pode também se resumir em elemento de subordinação - o trabalho estranhado -, de sacrifício e mortificação do homem genérico, como no caso do modo de produção capitalista. Frente a isso, verifica-se a transmutação do trabalho, ou das relações de produção para a manutenção e reprodução da vida social em diferentes momentos históricos<sup>12</sup>, considerando o desenvolvimento das forças produtivas.

Ao analisar o processo da produção material no capital, verifica-se que o processo de trabalho capitalista é constituído pelos **meios de produção, a força de trabalho e a matéria prima**. Com tal análise, define-se que o modo de produção capitalista possui uma particularidade vital para sua manutenção, a separação entre força de trabalho – pertencente à classe trabalhadora - e os meios de produção, que são monopolizados privadamente pelos detentores do capital. Desse modo, diferente de organizações de produção precedentes ao capital, como por exemplo do escravismo, no qual o escravo pertencia ao seu senhor e sua sobrevivência era assegurada por este, e do feudalismo, em que o servo estava submisso ao senhor feudal e sua sobrevivência estava vinculada a terra, o trabalhador na sociedade capitalista se torna “livre” e sua força de trabalho é apropriada pelo capital enquanto uma mercadoria. Ao vender sua força de trabalho, como único meio de garantir sua sobrevivência, a classe trabalhadora participa da produção e, no mesmo movimento, também da reprodução do capital, criando assim os próprios elementos de sua subordinação.

O trabalhador assalariado sai do processo de produção como ingressou, como mera força de trabalho, como fonte pessoal de riqueza que se realiza como riqueza para os outros. Deixando de lado, por um momento, o desgaste de sua energia vital, que é consumida pelo capital no processo de trabalho – os seus meios de vida - são

---

<sup>12</sup> Acerca de tais transições, verifica-se que as primeiras formas de trabalho humano realizadas pelas comunidades primitivas, fundamentava-se em atividades de subsistência, de forma a satisfazer as necessidades básicas. Nesse momento se dá a primeira divisão social do trabalho entre homens e mulheres, a qual era pautada na cooperação, a partir de divisão entre todos. Sequencialmente, estabelece-se uma nova relação de produção baseada na mão de obra escrava, bastante comum na Grécia e Roma antigas, posto que a elite considerava o trabalho manual indigno e assim faziam uso dos escravos para produção (MARX, 1988). Na idade média, com o estabelecimento dos feudos, predomina a figura dos senhores e dos servos, as relações de produção passam a ser de servidão. Neste período o homem tinha um certo domínio sobre os instrumentos de trabalho, denominados por Marx de meios de produção, muito embora o também trabalhador fosse explorado nesse modo de produção. Após a derrocada do regime feudal se dá a transição para o modo de produção capitalista. Frente a isso, o surgimento do capitalismo configura-se como o momento no qual ocorre a separação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho, agora para sobreviver terá que vender sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, resultando assim em uma relação de exploração "consentida" (PAULO NETTO, BRAZ, 2007).



consumidos na reprodução de sua vida e de sua família. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 46-47).

No entendimento de que o complexo primário (trabalho), no modo de produção capitalista passa pela subversão do favorecimento do controle e da exploração, outros elementos secundários se afirmam, pois, se uma nova forma de exploração se estabelece, tal movimento irá demandar novos arranjos que afirmam tal proposta. Entre as várias estratégias e estruturas que conjugam esse complexo em favor da estruturação e manutenção de relações de exploração, figuram complexos secundários como o direito e a religião.

A partir da análise da historicidade do trabalho, isto é, das diferentes formas econômicas e sociais em que o trabalho ocorre, verifica-se que nas sociedades precedentes ou não capitalistas, a produção volta-se para a produção de valores de uso, ou seja, para a satisfação das necessidades básicas da comunidade somente. Entretanto, sob o sistema capitalista, a produção passa a ser a produção de valores de uso e de troca, isto é, a produção de mercadorias para a valorização do capital. Assim, depreende-se que o sistema de produção capitalista se apropriou do trabalho como categoria central para o seu processo acumulativo de riquezas e estabeleceu uma dualidade complexa e contraditória entre capital e trabalho.

Neste sentido, o que vai marcar a reconfiguração do trabalho na sociabilidade capitalista não é a mudança na sua função social, ou seja, o atendimento das necessidades humanas, mas a subordinação destas à necessidade de valorização do capital. Sendo o trabalho uma categoria universal e pertencente a todas as formações sociais, ela também se realiza na sociedade burguesa, entretanto, em razão da necessidade do capital de gerar lucro, o trabalho e a produção de valores de uso encontram-se submetidos à lógica da produção da mercadoria. No capitalismo, o trabalho fundante do ser social não deixa de existir, mas subsume-se ao trabalho abstrato baseado na alienação do trabalhador, uma vez que o trabalhador é expropriado dos meios de produção e do produto de seu trabalho pelo capitalista. (LIMA, 2017, p. 58).

O trabalho sob o modo de produção capitalista é submetido à lógica da produção de mercadorias que possuem um **valor de troca** para a geração de lucros e valorização do capital, desse modo, o trabalho presente no valor de troca é também trabalho social, porém abstrato e geral, no qual é eliminado o caráter individual do trabalho, nesse sentido, a força de trabalho reduzida a produção de uma mercadoria, Marx (1985) denominou de **trabalho abstrato**.

Este processo de subordinação do trabalho às necessidades valorativas do capital é denominado por Marx de subsumção do trabalho ao capital, isto é, refere-se às formas de exploração e controle sobre o trabalho mediante a mercantilização das relações, expressas a partir da introdução do trabalho assalariado. (LIMA, 2017, p. 53).

Portanto, a característica fundamental do modo de produção capitalista é a contradição que se estabelece na relação capital/trabalho, pois a mesma força capaz de produzir riquezas é a causa na mesma medida de produção de miséria. Assim, o que distingue tal modo de produção de seus antecessores, é o fato de que a miséria se gesta num contexto de produção excedente, diversamente do contexto de escassez existente outrora. Ante ao exposto, destaca-se que a desigualdade social não constitui um fenômeno novo na história da sociedade humana; uma vez na história registrada, a pobreza cresceu em proporção direta ao aumento da capacidade social de produzir riqueza. Ou seja, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas possibilitou o aumento da produção de riqueza material, por outro lado, ocorreu o aumento de uma superpopulação de miseráveis, sem condições de acessar esses bens, esse fenômeno Marx (2013) sintetiza na “Lei Geral da acumulação capitalista”:

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p. 875).

O problema da miséria e da escassez, portanto, não estava mais diretamente relacionado às possibilidades de dominação humana e ao controle sobre a natureza, necessários para garantir a subsistência da vida; ao contrário, a escassez passa a ser uma construção econômica, política e social, vinculada a sociabilidade fundada na exploração do trabalho assalariado para valorização do capital, assim, as desigualdades sociais no modo de produção capitalista são fundadas a partir das relações contraditórias e conflitivas entre o capital e o trabalho. Portanto, é na lei geral de acumulação do capital que se encontra a raiz da “questão social” (IAMAMOTO, 2001).

Nessa direção, compreende-se que a “questão social” é um elemento chave para a apreensão do processo de conformação das políticas sociais, bem como da institucionalização do Serviço Social, conforme aborda-se mais adiante. Isto posto, considera-se pertinente apontar que existem diferentes formas de compreender e, portanto, de conceituar a categoria “questão social”<sup>13</sup>, entretanto, Iamamoto e Carvalho (2008), a definem como as expressões

---

<sup>13</sup> Sob um ângulo de análise, a questão social produzida e reproduzida ampliadamente tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto "disfunção" ou "ameaça" a ordem e a coesão social. É apresentada como uma "nova questão social", resultante da "inadaptação dos antigos métodos de gestão social", produto da crise do Estado Providência. Frequentemente a programática para fazer frente a mesma tende a ser reduzida a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais, na órbita da ordem instituída nos marcos da mundialização do capital sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais. Dessa maneira, as respostas à questão

explícitas na sociedade sob as mais diversas formas, como a pobreza, a violência e a opressão, por exemplo, que são frutos do conflito que funda o capital, nesse sentido, a análise da “questão social” sob a ótica da teoria social marxiana a situa como produto intrínseco ao processo de acumulação capitalista e às consequências deletérias que produz no conjunto da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001).

Salienta-se que de acordo com Pimentel (2007) a “questão social” deve ser compreendida em três dimensões: a dimensão econômica, que se consubstancia no modo de produção capitalista; a dimensão política, a partir da organização da classe trabalhadora e sua evidência no cenário político, e a dimensão social, que corresponde a intervenção do Estado nas relações sociais. Nesse sentido, ela ganha forma e destaque na Europa, a partir da Revolução Industrial, em meados do Século XIX, período em que o capitalismo experimenta profundas alterações em seu ordenamento e dinâmica econômica, vinculadas a consequências sociais, políticas e econômicas incitadas pelos processos de industrialização e urbanização das cidades (iniciadas no final do século XVIII).

A Revolução Industrial representou um marco no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, com a mecanização dos meios de produção, o trabalho manual realizado individualmente ou com o auxílio de familiares, cedeu espaço para o trabalho coletivo realizado no âmbito das fábricas com o auxílio das máquinas, o que possibilitou um grande aumento na produção de mercadorias, e a ascensão do Capitalismo Industrial.

Por outro lado, a Revolução Industrial, não acarretou apenas mudanças nos sistemas de produção, junto com as inovações, vieram também o aumento dos problemas sociais principalmente para as populações urbanas. O capitalismo industrial originou, conforme Yazbek uma “[...] superpopulação predominantemente urbana, flutuante, miserável, cortada de seus vínculos rurais, que mora precariamente em ruelas miseráveis, enfrentando problemas de toda ordem [...]” (YAZBEK, 2009, p. 02). Os operários nas fábricas eram submetidos a condições de trabalho extremamente precárias, a situação do trabalho fabril na Europa no século XIX<sup>14</sup>, caracterizada por baixos salários, jornadas de trabalho exaustivas - que

---

do social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate a pobreza e exclusão social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

<sup>14</sup> Pode-se encontrar na obra de Friedrich Engels “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” (2010), elementos que demonstram as condições de vida degradantes do emergente operariado urbano a partir da industrialização, como no trecho a seguir: “As piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular (...). Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A

chegavam a ultrapassar 15 horas-, mão de obra infantil, além do alto índice de mutilações e mortes por acidentes de trabalho e outras doenças principalmente pulmonares, devido às condições insalubres dos ambientes das fábricas.

É no contexto da crescente pauperização da classe trabalhadora, que se evidencia o aspecto político da “questão social”, a partir das reivindicações, principalmente por meio de protestos e greves, exigindo melhores condições de vida e trabalho, os trabalhadores passam a ser vistos como uma ameaça a ordem social capitalista. Assim, a nova conformação do capital acentua ainda mais as contradições e antagonismos já presentes no capitalismo concorrencial, deflagrando ainda complexos arranjos que irão jogar a favor da manutenção de sua hegemonia, como por exemplo o estabelecimento de iniciativas sociais, por parte do Estado, de intervenção e regulação social, com o objetivo primário de aumentar as taxas de lucros capitalistas.

O que não significa que se compreende o Estado apenas enquanto um mediador civilizador das relações sociais, como se este se posicionasse de forma neutra frente à sociedade civil, pois, conforme Paulo Netto (2009), o Estado capitalista é o Estado da burguesia. Diante de tal realidade, considera-se importante destacar a definição do Estado conforme os estudos marxianos, que apresentam uma visão crítica à democracia burguesa e ao liberalismo. De acordo com Marx e Engels (1988), o Estado se institucionaliza a partir da luta de classes, com o imperativo de existência de um poder que se apresente, ainda que apenas no plano da aparência, externo à sociedade, para mediar interesses colidentes entre as classes sociais, sendo assim, exerce papel central de instrumento de dominação e coerção ao representar a classe que detém o poder econômico.

Nesse contexto, Gruppi (1986), aponta que as reflexões a respeito da sociedade civil em Marx, são elementos importantes para a compreensão do papel do Estado. Em linhas gerais, de acordo com o autor, o social é constituído por uma estrutura e uma superestrutura. A estrutura compreende a base material da sociedade, composta pelas forças produtivas e pelas relações de produção, isto é, a sociedade civil, local em que se gestam as relações sociais. A superestrutura compõe o complexo ideológico, constituído pelo Estado, o Direito, dentre outros valores que legitimam as relações no âmbito da estrutura. Desse modo, a sociedade civil forma o conjunto das relações de produção, isto é, a base material da sociedade.

---

ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro (...) quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar roupa” (ENGELS, 2010, p. 70).

Por conseguinte, não é o Estado que funda a sociedade civil, que absorve em si a sociedade civil, como afirmava Hegel; pelo contrário, é a sociedade civil, entendida como o conjunto das relações econômicas (essas relações econômicas são justamente a anatomia da sociedade civil), que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante. (GRUPPI, 1986, p. 27).

Assim, o controle social, como forma de dominação, é operado por meio da difusão da ideologia dominante, recurso fundamental para a manipulação das massas e obtenção do consenso entre as classes sociais, de tal modo, que a classe dominada é forjada a se adequar à ordem societária em curso, internalizando os estigmas conservadores, chegando ao ponto de não se reconhecer enquanto classe trabalhadora explorada. Assim, o Estado é elemento central da estrutura econômica, pois ele é quem garante a sua manutenção (GRUPPI, 1986), nessa concepção o Estado liberal é o representante direto dos interesses burgueses. Em síntese, é o Estado da classe dominante, instrumento de dominação política de uma classe sobre a outra, que nasce com a necessidade de refrear os antagonismos de classes.

No contexto do pré-capitalismo industrial, é possível identificar algumas ações do Estado frente à pobreza, que podem ser consideradas formas embrionárias, mas que não constituem políticas sociais. Verifica-se o estabelecimento de iniciativas pontuais, com aspectos punitivos e assistencialistas, como as leis inglesas (Leis do Pobres, século XIV)<sup>15</sup> que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial na Europa.

As referidas leis tinham como pressuposto estabelecer ações assistenciais com a finalidade de induzir os indivíduos a se manterem por meio de seu trabalho, obrigando-os a realizar o trabalho forçado nas chamadas *Workhouses* (casas de trabalho). As ações fundamentavam-se na classificação dos trabalhadores em três categorias distintas: os aptos ao trabalho, mas que não conseguiam emprego, nesse caso, seriam empregados nos abrigos e albergues, em troca de uma remuneração mínima e de alimentação; os aptos ao trabalho, mas que porém não queriam trabalhar, classificados como pobres ociosos e vagabundos, nesse caso, eram aplicados castigos físicos; e aqueles inaptos ao trabalho, classificados como pobres inválidos ou necessitados, que seriam cuidados em asilos, hospitais, orfanatos ou abrigos, desse modo, compreende-se que tais leis, não conformavam um sistema de proteção social, pois não tinham nenhuma perspectiva de direitos, foram criadas “[...] não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 47).

---

<sup>15</sup> [...] conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de conter as possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista” (PEREIRA, 2008, p. 61)

Portanto, segundo Behring e Boschetti (2008), até meados do século XIX, a repressão era a principal resposta do Estado frente às sequelas derivadas do conflito de classes, pois no período que antecede ao capitalismo Industrial, a “questão social” era encarada “[...] como problema cuja resposta não se enquadra na estrutura do Estado, visto que a burguesia se inspirava nas doutrinas liberais, avessas a qualquer intervenção do Estado nos assuntos sociais” (COSTA; SANTOS, 2002, p. 10)<sup>16</sup>.

Destaca-se que o Estado, no contexto do pensamento liberal, é constituído com a finalidade precípua de assegurar a propriedade privada, estabelecendo uma relação entre propriedade e liberdade, na qual o Estado não pode intervir na propriedade privada, sem que haja o consentimento dos indivíduos. Assim, a economia política clássica, ou liberal, tem como cerne o primado do mercado e da livre concorrência (GRUPPI, 1986).

O mercado possui a prerrogativa de regular a si mesmo, a economia é controlada por uma “mão invisível” (SMITH, 2009) que se baseia na lei da oferta e da procura, assim, o bem estar dos indivíduos também é auto regulável, pois à medida que cada indivíduo busca o seu próprio bem-estar, o bem estar coletivo é potencializado, o mercado para se desenvolver deve operar livre de regulações externas, tal como a intervenção do Estado na economia e também na proteção social dos indivíduos.

Assim, o papel do Estado é fundamentalmente a defesa dos cidadãos e a garantia das liberdades individuais. Este pensamento teve grande influência no mundo ocidental, principalmente para a constituição e consolidação do Estado capitalista, estabelecendo assim, o predomínio do pensamento liberal na sociedade moderna (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Nesse sentido, o Estado que emerge naquele momento, é o Estado Liberal, cujo pressuposto fundamental era manter a segurança de todos – a garantia da propriedade e da liberdade. No contexto do liberalismo os indivíduos deveriam ser livres para construir o seu próprio destino, e buscar melhores condições de vida, e inclusive, o enriquecimento, considerando a condição de igualdade formal e jurídica estabelecida pelos fundamentos burgueses.

---

<sup>16</sup> Sobre a economia política clássica, ou liberal, compreende-se que esta se desenvolveu a partir dos fundamentos filosóficos básicos do *jusnaturalismo*, cujos expoentes principais são Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704). Os jusnaturalistas defendiam a existência de direitos naturais, isto é, direitos que pertencem naturalmente ao homem, anteriores à formação da própria sociedade. No contexto do direito natural, há uma contraposição entre sociedade civil e o estado de natureza, na qual a sociedade civil aparece fundada por um pacto social que organiza e regula a vida em sociedade, devido a isto, os filósofos jusnaturalistas foram denominados de contratualistas. Dentre os pensadores contratualistas, John Locke foi considerado como o pai do liberalismo, o fulcro de seu pensamento é a existência dos direitos naturais, anteriores à própria formação da sociedade política, os quais são inalienáveis e devem ser protegidos pelo Estado, por meio do contrato social. Portanto, de acordo com Locke, o poder do Estado não é absoluto, é limitado a proteger, sem intervir, nos direitos naturais do homem, que são a vida, a liberdade e a propriedade.

Para a corrente liberal as políticas sociais estimulam o ócio, interferindo na auto-regulação natural da vida social. O Estado deve ter uma intervenção mínima no que diz respeito à garantia de direitos sociais, justificada pela ideia de que os direitos sociais contribuem para desestimular o interesse pelo trabalho e, portanto, geram acomodação colocando em risco toda a sociedade e o mercado.

Assim, de acordo com o pensamento Liberal, a pobreza é uma característica que está associada aos próprios indivíduos, que não possuem capacidade ou vontade de evoluir economicamente, cabendo ao Estado garantir a assistência apenas aos indivíduos que não têm condições de competir no mercado de trabalho, tais como: crianças, idosos e deficientes. Deste modo, as políticas sociais, no contexto do pensamento Liberal, estão intrinsecamente associadas à capacidade laborativa dos indivíduos. A axiologia individualista, ou melhor, egoísta, fundamentada nos princípios liberais – tais como o livre mercado e a redução ou eliminação da intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades públicas –, possibilita, portanto, que os indivíduos socializados nesse nexos, busque seu prazer individual acima de todas as outras variáveis de socialização e do bem estar coletivo.

O liberalismo, nesse sentido, combina-se a um forte **darwinismo social**, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de seleção natural. Tanto que Malthus, por exemplo, recusava drasticamente as leis de proteção, responsabilizando-as pela existência de um número de pobres que ultrapassava os recursos disponíveis. A legislação social, para ele, revertia leis da natureza. Nas suas palavras: “há um direito que geralmente se pensa que o homem possui e que estou convicto de que ele não possui nem pode possuir: o direito de subsistência, quando seu trabalho não a provê devidamente” (apud Lux, 1993). (BEHRING, 2000, p. 6).

Em síntese, Behring e Boschetti (2008) apresentam os elementos fundamentais do pensamento liberal, que podem explicar a reduzida intervenção do Estado no que diz respeito às políticas sociais: o predomínio do individualismo, isto é, o bem-estar individual se sobrepõe ao bem-estar coletivo, predomínio da liberdade e da competitividade, naturalização da miséria e a manutenção de um Estado mínimo.

A emergência da “questão social” pôs em evidência o antagonismo do modo de produção capitalista, colocando em xeque os valores e princípios liberais revolucionários que fundamentaram a Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade, Fraternidade). Para não ver seus próprios fundamentos sendo utilizados pela classe trabalhadora, a qual adquire o papel revolucionário e transformador, para a dissolução da sociedade capitalista, o Estado passou a absorver orientações de cunho social democrata, reconhecendo e institucionalizando certas reivindicações dos trabalhadores, alterando minimamente a perspectiva liberal.

O Estado, que se situa no interesse da classe dominante, conforme já se verificou, cada vez mais alimenta a lógica jurídica como suposto determinante das relações sociais, fundamental, como já afirmado, na arrumação da economia e do processo de acumulação - e nesse sentido irá utilizar todos os instrumentos disponíveis em seu favorecimento, reconhecendo a legitimidade da “questão social” ao assumir seu papel de regulador das relações sociais.

Está claro assim que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista - ele é seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. [...] O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, "o comitê executivo "da burguesia monopolista - opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista. (PAULO NETTO, 2009, p. 26).

Paulo Netto (2001), pontua que após a revolução de 1848, a burguesia abandonou a defesa do pensamento progressista<sup>17</sup> para assumir um viés conservador, a partir de então, apropriou-se da expressão “questão social” e buscou desassociá-la dos fundamentos econômicos e políticos da ordem burguesa e principalmente suas contradições. A partir dessa ótica de análise a “questão social” passou a ser compreendida enquanto um fenômeno natural, presente em qualquer ordem social, portanto, uma questão ineliminável da vida em sociedade.

Behring e Boschetti (2008), apontam a experiência alemã de seguros sociais, realizada pelo governo de Otto Von Bismarck em 1883, como a primeira iniciativa de conformação de um sistema de proteção social pública ainda no século XIX, que posteriormente iria se concretizar no Estado de Bem Estar Social, no século XX. As autoras identificam nas primeiras legislações fabris de regulação do trabalho, um papel precursor no desenvolvimento das políticas sociais, pois, no modelo alemão, é possível identificar o início de um modelo de segurança social inovador, em comparação às experiências coercitivas e caritativas anteriores, a política social começa a adquirir um caráter sistemático e estratégico sobre as multifacetadas expressões da “questão social”, isto é, o Estado assume o papel de mediador/conciliador dos conflitos sociais, por meio da absorção das demandas sociais oriundas da classe trabalhadora.

A consolidação das políticas sociais ocorreu por meio de um longo e lento processo, durante a passagem do XIX para o século XX, focalizando-se nos países cujo desenvolvimento capitalista já se encontrava num estágio que permitia pôr em evidência as

---

<sup>17</sup> Fundamental ao processo de estabelecimento do modo de produção capitalista e a Revolução Francesa.



expressões da "questão social". Entretanto, sua generalização ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período em que o capitalismo experimentou, sob a hegemonia dos Estados Unidos, uma significativa fase de expansão, sustentado por estratégias de intervenção estatal nos âmbitos econômico, político, fiscal e social.

De acordo com Behring e Boschetti (2008), os efeitos da crise de 1929-1932, associados às consequências advindas da Segunda Guerra Mundial, determinaram o estabelecimento de padrões de regulação social que pudessem enfrentar a crise e garantir a acumulação de capitais. As autoras destacam a conjugação alguns fatores que viabilizaram o estabelecimento de um conjunto de políticas sociais sistemáticas que conformaram o Estado de Bem Estar Social (*WelfareState*), nos países de capitalismo central, especialmente na Europa e nos Estados Unidos: 1) o estabelecimento de políticas com vistas a geração do pleno emprego e crescimento econômico (padrão Fordista/ Keynesianista); 2) instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado consumidor; e 3) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho.

Destaca-se que John Maynard Keynes (1883-1946) foi um influente economista inglês, suas ideias aplicadas à macroeconomia capitalista possibilitaram um período de expansão de capitais (1940- 1970), com altas taxas de lucro, ganhos de produtividade do trabalho e o estabelecimento de políticas sociais para a classe trabalhadora, particularmente nos países de capitalismo central. Segundo o autor, cabia ao Estado intervir na economia, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, visando estimular o crescimento econômico. Além disso, o keynesianismo agregou o modelo de produção fordista, que consistia em um modelo de produção em massa, idealizado por Henry Ford<sup>18</sup>, com a finalidade de fabricação de produtos a baixo custo, visualizando o consumo em massa. O pacto Keynesianista/Fordista foi fundamental para a racionalização do processo produtivo e a acumulação de capital, tornando possível os chamados “anos de ouro” ou “as três décadas gloriosas” do capitalismo.

O modelo de Estado de “Bem-Estar Social” que se funda a partir do “pacto” entre o capital e o trabalho, em alguns países, principalmente de capitalismo central, viabilizou o pleno emprego aos trabalhadores e a oferta de serviços sociais universais, via investimentos do fundo público<sup>19</sup> em políticas de seguridade social, habitação, educação, assistência médica,

---

<sup>18</sup>Henry Ford (1863-1947) foi um empresário norte-americano, o fundador da Ford Motor Company, o primeiro a implantar a linha de montagem em série na fabricação de automóveis.

<sup>19</sup> Ver Salvador (2010): “*Fundo público e seguridade social no Brasil*”.

dentre outras, porém, tal modelo expressa seu esgotamento em meados da década de 1970, a partir da crise estrutural do capital<sup>20</sup>.

Nos países do capitalismo central, a intervenção estatal passou a ser crucial na definição de normas e regras e na garantia de fundo público necessários ao surgimento e desenvolvimento de amplas políticas sociais, que passaram a constituir sistemas de proteção social universais e com nítida (mas também limitada) progressividade fiscal. Nos países do capitalismo periférico como o Brasil, as políticas sociais jamais instituíram um amplo e universal sistema de proteção social e sua residualidade e regressividade não foram capazes de agir na redução das desigualdades e superação da pobreza estrutural (BOSCHETTI, 2016, p. 20)

Portanto, embora o desenvolvimento de sistemas de proteção social públicos sejam um fenômeno da sociabilidade capitalista, Boschetti (2016), afirma que ele não se efetiva de maneira similar em todos os países capitalistas, mas sim, sob as condições sócio históricas de cada país. No Brasil e na América Latina, por exemplo, o desenvolvimento das políticas sociais se efetivou considerando a particularidade sócio histórica dessa região, na qual o capitalismo se desenvolveu de forma tardia (MELLO, 1984), nesses países, portanto, a emergência da “questão social” adquire contornos particulares.

Nos países de capitalismo central, as políticas sociais, por um período de tempo, viabilizaram condições mais dignas de vida para o conjunto da classe trabalhadora, obviamente, que este processo não atinge o cerne do processo capitalista de acumulação, todavia, representa uma conquista importante da classe trabalhadora frente a exploração de sua força de trabalho pelo capital. Salienta-se que esta tendência não se processa da mesma forma nos países latino-americanos, em virtude das formas de dominação, econômica e política, essenciais para garantir o ciclo de produção e valorização no capitalismo dependente, que determinam na região um processo estrutural de desigualdade.

Nos países de capitalismo periférico, as políticas sociais adquirem um caráter fragmentado, pontual e residual, incapaz de contemplar a profunda lacuna que marca a

---

<sup>20</sup> Embora considere-se de ampla importância a análise da política social em escala mundial pós 1970, no presente trabalho, limita-se sua compreensão apenas no diz respeito a sua emergência e generalização no início do século XX, todavia, destaca-se que “[...] Segundo Antunes (1999), essa crise estrutural do capital deve-se: à queda da taxa de lucro, devido ao aumento do preço da força de trabalho; à intensificação das lutas sociais nos anos de 1960; ao esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção (que era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital) por sua incapacidade de responder à retração do consumo; à hipertrofia da esfera financeira, colocando o capital financeiro como campo prioritário para a especulação na nova fase do processo de internacionalização; à concentração de capitais em empresas monopolistas e oligopolistas; à crise do *Welfare State* e ao incremento acentuado das privatizações. Nas condições contemporâneas, a resposta à crise iniciou-se num processo de reorganização do capital e de seu sistema político e ideológico de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do modelo de produção toyotista nos anos de 1980, amparado pelo Estado neoliberal, que desregulamentou os direitos sociais, promoveu a desmontagem do setor produtivo estatal e o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho” (BARBOSA, 2012, p. 49).

desigualdade social da estrutura capitalista dependente, no tópico a seguir, analisa-se as particularidades da “questão social” no Brasil e instituição das políticas sociais no país, a partir da condição do capitalismo tardio e dependente.

## **2.1 A particularidade da “questão social” no Brasil e a institucionalização das demandas sociais da classe trabalhadora**

O desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos não acompanhou o desenvolvimento capitalista dos países centrais, enquanto a América Latina experimentava o processo de formações nacionais ainda recentes, ou ainda em transição, o centro já consolidava o capital monopolista. Nos países latino-americanos, o modo de produção capitalista se estabelece de maneira hegemônica somente a partir da conjugação dos interesses entre os agentes econômicos privilegiados da região e, principalmente, os interesses dos países do centro (FERNANDES, 2005).

Tais interesses determinaram a emergência de uma forma específica de capitalismo nos países latino-americanos, obviamente sem eliminar suas bases estruturais sob as quais se assentam o processo de acumulação, todavia, nessa região, o capital se estabelece a partir da dependência aos países do centro, por meio de um vínculo estrutural, característica que determina a espoliação dos recursos naturais da América Latina, para valorização do capital excedente dos países imperialistas, e uma superexploração da força de trabalho das classes trabalhadoras nos países periféricos.

O desenvolvimento capitalista no Brasil, portanto, ocorre vinculado intrinsecamente aos interesses do capital monopolista, nesse sentido, o Estado no capitalismo dependente, executará suas funções aprofundando a histórica desigualdade social verificada na sociabilidade brasileira, herdada pelo colonialismo. Nesse contexto, as políticas sociais no Brasil acompanham o desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro, conformado pelas particularidades da "questão social" de nossa sociabilidade.

Nesse cenário, destaca-se a emergência da “questão social” no Brasil no momento histórico de transição do modelo produtivo econômico no país, isto é, de modernização das forças produtivas nacionais, que ocorreu por volta da década de 1930 do século XX, a partir do processo de industrialização da economia nacional, em substituição ao modelo agroexportador. A política econômica nacional, implantada pelo Estado na década de 1930, tinha como objetivo central desenvolver o modelo capitalista urbano-industrial no país, que até então era baseado no grande latifúndio rural, com destaque para a agricultura cafeeira, a

qual já demonstrava seu esgotamento frente à crise econômica de 1929, impulsionada pelas consequências políticas e econômicas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A análise dos anos iniciais do século XX (1900-1920), revela um contexto de crescentes disputas entre forças sociais antagônicas, com a emergência de movimentos sociais, partidos políticos, setores rurais e urbanos que reivindicavam conquistas sociais diversas. O Estado se posicionou, nesse contexto, como um grande articulador da integração nacional, ainda que, essa articulação tenha se operado de maneira frágil, buscou estabelecer certa estabilidade econômica no país, definindo estratégias para “[...] conciliar interesses diversos, atrair investimentos estrangeiros, cuidar da questão da dívida externa” (FAUSTO, 1995, p. 273).

Até aquele momento histórico, isto é, nas décadas antecedentes, o país possuía um parque industrial que se mostrava ainda incipiente, com o estabelecimento de apenas algumas indústrias, principalmente, voltadas para o ramo têxtil, o que impossibilitava uma grande concentração do proletariado urbano, e conseqüentemente uma tentativa de invisibilidade da “questão social”, que já emergia pontualmente, impulsionada pela precariedade das condições de trabalho e devido ao estado de tensão provocado pela falta de direitos trabalhistas.

O histórico das condições de existência e de trabalho do proletariado industrial - principalmente a partir do início do século, quando começam a aglutinar-se nos centros as empresas industriais dispersas, período para o qual existe uma documentação mais abundante - mostra a extrema voracidade do capital por trabalho excedente. A população operária se constituiu em uma minoria - composta majoritariamente por imigrantes - marginalizada social e ecologicamente dentro das cidades, algumas já bastante desenvolvidas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 128).

Durante o período da República Velha (1889-1930), apesar das tentativas de aglutinação do movimento trabalhista operário, as iniciativas não conseguiram se expandir e ganhar destaque no cenário político nacional, dada suas características e ao seu isolamento das demais classes dominadas, como por exemplo os trabalhadores do campo. O Estado e as elites ligadas à agro exportação, orientadas pelos princípios liberais, nesse contexto, compreendem a “questão social” enquanto um problema relacionado apenas à esfera produtiva, que deveria ser amenizada via solidariedade patronal, ao Estado caberia a não intervenção social, apenas o controle das massas subversivas por meio de medidas coercitivas, isto é, fazendo uso da repressão policial.

A burguesia, que tem o crescimento do seu lucro na exploração da força de trabalho, vai procurar impedir qualquer inovação que possa constituir-se como entrave a sua

possibilidade de explorar o máximo possível o trabalho excedente. Nesse contexto, é possível verificar a institucionalização de algumas legislações direcionadas para a classe trabalhadora, relacionadas a duração da jornada de trabalho, questões sanitárias no interior das empresas e a regulamentação do trabalho de mulheres e menores de idade, destaca-se que a classe trabalhadora englobava todos os membros da família, homens, mulheres, crianças e idosos, aptos a exploração da sua força de trabalho.

A partir da década de 1930, o país registra uma crescente intensificação no processo de industrialização urbana e um movimento significativo no sentido de desenvolver a economia, e os contextos social, político e cultural, realidade impulsionada pela Revolução de 1930<sup>21</sup>. Pereira (1977), destaca que o período em que se processa a referida Revolução pode ser considerado como um marco divisor entre dois momentos distintos da história brasileira: a economia baseada fundamentalmente no sistema agroexportador, e a implantação do sistema urbano-industrial. A partir da intensificação do desenvolvimento urbano industrial, o país experimentou o incremento da taxa de crescimento populacional e de urbanização. Conforme o desenvolvimento industrial avançava, as desigualdades sociais também aumentavam, amplificando as tensões nas relações de trabalho e o consequente agravamento dos conflitos sociais.

As condições de trabalho do operariado nas empresas, no início do século XX, eram totalmente insalubres, com as mínimas condições de higiene e segurança, os acidentes de trabalho eram verificados com frequência, realidade que se tornava ainda mais aviltante devido a desproteção das relações trabalhistas.

A situação salarial também era precária, considerando que o poder aquisitivo dos salários mal dava para suprir as necessidades básicas de uma família média, mesmo após horas de trabalho extenuante por parte da maioria de seus membros, ademais, o valor da força de trabalho era constantemente pressionada para baixo, devido ao amplo contingente do exército industrial de reserva, o cenário forçava a entrada no mercado de trabalho de todos os

---

<sup>21</sup> “O movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930) originou-se da união entre os políticos e tenentes que foram derrotados nas eleições de 1930 e decidiram pôr fim ao sistema oligárquico através das armas. Após dois meses de articulações políticas nas principais capitais do país e de preparativos militares, o movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, na tarde do dia 3 de outubro. Em menos de um mês a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará ainda sob controle do governo federal. Finalmente, um grupo de militares exigiu a renúncia do presidente Washington Luís e pouco depois entregou o poder a Getúlio Vargas.”( A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30#:~:text=Revolu%C3%A7%C3%A3o%20de%201930%20%7C%20CPDOC&text=Em%20s%C3%ADntese%3A%20O%20movimento%20pol%C3%ADtico,sistema%20olig%C3%A1rquico%20atrav%C3%A9s%20das%20armas.> Acesso em 25/02/20121.

membros da família, que estivessem aptos ao trabalho, como mulheres e crianças de todos os sexos em idade prematura (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008). De tal modo, o operariado era constituído basicamente por famílias operárias, quase em sua totalidade,

É comum a observação sobre a existência de crianças operárias de até cinco anos e dos castigos corporais infligidos a aprendizes. Warren Deans calcula, já para 1920, que da força de trabalho industrial de São Paulo uma terceira parte é constituída de mulheres, metade aproximadamente são operárias e operárias menores de 18 anos, e 89 menores de 14 anos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 129).

Conforme os apontamentos de Iamamoto e Carvalho (2008), pode-se observar que a presença de vários integrantes da família e de parentes próximos se fazia constante nas indústrias no início do século passado. Distribuídos pelos mais variados setores de produção e exercendo funções diferenciadas, de acordo com as necessidades de trabalho internas, os registros da época demonstram a presença de grupos familiares em sua totalidade no cotidiano interno das empresas, exercendo jornadas de trabalho exaustivas sem distinção de gênero e idade.

Desse modo, a força de trabalho, que conformava a mão-de-obra operária disponível à exploração do capital nas indústrias nacionais emergentes, estruturou-se a partir da presença de grupos parentais, evidenciando que famílias inteiras se inseriram no mercado de trabalho industrial, visando aumentar a renda familiar.

Portanto, a partir do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, as famílias passaram a adquirir características a partir da sua participação na divisão social do trabalho, desse modo, as famílias camponesas, ligadas às atividades rurais, foram forjadas a se transformarem na família operária, abrindo espaço para sua nuclearização.

Assim, uma característica das famílias operárias era a sua dependência econômica ao trabalho assalariado, suas condições de sobrevivência resultavam exclusivamente de sua jornada de trabalho, deixando evidente que a participação de cada integrante se torna fundamental para a renda familiar e para o sustento em suas necessidades básicas. A família deixa de ser a unidade de produção coletiva para se tornar a unidade consumidora e dependente do trabalho assalariado e da renda financeira de cada indivíduo para a sua reprodução social (PAOLI, 1992).

Decca (1983) apresenta elementos importantes para a compreensão do quadro geral das condições de vida do operariado paulistano nos fins da década de 20 e inícios da década de 30. Segundo a autora, conforme o Recenseamento Operário, realizado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em 1927, existiam na cidade cerca 203.736 operários e 3.629

fábricas e estabelecimentos industriais, representando o maior polo do desenvolvimento industrial no país. Ainda de acordo com as estatísticas apresentadas pelo censo, era grande a diversidade de atividades industriais, composta por pequenas e grandes empresas, grandes fábricas e fabriquetas, setores de serviços, transportes, etc., enfim “[...] o mundo do trabalho em São Paulo era imenso (1983, p. 13).

Ainda de acordo com a autora, os trabalhadores possuíam uma grande heterogeneidade, todavia, eram iguados e homogeneizados pela “condição de operário”, descrita nas estatísticas. A grande maioria era composta por indivíduos de nacionalidade italiana, desse modo, a classe operária era em sua grande parte composta por estrangeiros, e os bairros operários habitados por pessoas brancas, apenas 3 % do seu contingente era formado por pessoas negras, realidade que evidência as duras heranças do passado escravista nacional. Após a abolição da escravatura, a população negra se viu lançada a sua própria sorte, tendo em vista que o trabalho assalariado foi estruturado no país a partir da mão de obra principalmente estrangeira, os negros, recém libertos da dominação escravagista, foram inseridos apenas marginalmente no mercado de trabalho assalariado, determinando o racismo enquanto uma fratura histórica no país.

A autora também apresenta um panorama do processo de urbanização da cidade, apontando que, já no final do século XIX, há uma divisão entre bairros ricos na sua parte alta e bairros operários na várzea, configurando uma “geografia de classes”. No que diz respeito às condições de habitação portanto, Decca (1983) destaca que boa parte do salário das famílias operárias era utilizado para pagar despesas referentes a moradia, os aluguéis tinham um valor elevado, em comparação com os salários recebidos, desse modo, as moradias das famílias operárias eram precárias e insuficientes, conforme pode ser verificado a partir das afirmações de técnicos engenheiros do primeiro Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em 1931,

Um dos aspectos mais dolorosos da questão proletária, é sem dúvida a do alojamento precário, insalubre e quase sempre nojento, que tem a maioria dos que formam a classe pobre. A falta de solução deste problema é um dos fatores principais da irritação e do desespero em que vive o proletariado<sup>22</sup>.

O poder de compra dos salários recebidos pela venda da força de trabalho das famílias operárias era extremamente ínfimo, de tal modo, que as tais famílias moravam mal,

---

<sup>22</sup> Fala de um dos representantes do Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em 1931 (DECCA, 1983).

alimentavam -se pouco e vestiam-se de maneira precária, nesse contexto, os que tinham emprego eram pobres e os desempregados eram miseráveis. De acordo com pesquisas da época, as famílias gastavam 50% da renda com alimentação e obtinham apenas o mínimo necessário à sobrevivência, dessa forma o conteúdo do cesto de compras da família operária também era qualitativamente precário, já que alimentos como leite e carnes tinham preços bastante elevados, “[...] com salários insuficientes para habitação saudável e boa alimentação, o operariado estava obviamente mais sujeito às doenças de “fundo eminentemente social” como a tuberculose, por exemplo” (DECCA, 1983, p. 39).

O processo de exploração da força de trabalho e as condições degradantes a que eram submetidas às famílias operárias no processo produtivo e também na vida social, impulsionam cada vez mais a organização política dos trabalhadores, reivindicando melhores condições de vida e trabalho, nesse momento, verifica-se a ascensão da “questão social” no contexto político do Brasil, servindo como “[...] pano de fundo a partir do qual diferentes atores sociais mobilizam políticas diferenciadas. Essas políticas demarcaram os limites nos quais irá surgir e atuar o Serviço Social - a caridade e a repressão [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 128).

Tais apontamentos, convidam à compreensão das especificidades do desenvolvimento sócio histórico do país, pois, o cenário que compreende a formação sócio histórica nacional e os movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista, são pertinentes para situar a processualidade histórica da “questão social” no Brasil. Nesse sentido, de acordo com Santos (2010), as particularidades da “questão social” no Brasil são apreendidas por meio da análise de seus elementos fundantes, que compreendem as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo nacional.

[...] para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social”. (SANTOS, 2010, p. 129).

Santos (2010), partindo de hipóteses propostas por Paulo Netto (1996), em diálogo com autores como Florestan Fernandes, Werneck Sodré, Caio Prado Jr., João Manuel Cardoso de Mello, entre outros, aduz que três fenômenos qualificam as particularidades históricas da forma o do Brasil moderno. O primeiro compreende o caráter conservador que caracteriza o processo de moderniza o do capitalismo nacional, diferente de outras forma es, no Brasil o



desenvolvimento capitalista se processou sem alterar o cerne de sua estrutura econômica, apenas refuncionalizando suas características. Nesse sentido, Yamamoto (2014), afirma que o Brasil moderno construiu-se reconfigurando as antigas formas arcaicas presentes na formação social do país,

As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma de suas particularidades históricas. O ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeiro. (IAMAMOTO, 2011, p. 128).

Desse modo, o desenvolvimento capitalista nacional preservou elementos estruturais do colonialismo, tal como o Latifúndio - modelo econômico baseado na agro exportação de matérias-primas, especialmente, para países de capitalismo central - cuja origem data do Brasil Colônia e permanece responsável por considerável parcela do superávit primário até os dias atuais. A hegemonia deste modelo conjugava uma série de fatores, entre eles a produção a baixo custo, que resultava do emprego de mão de obra barata<sup>23</sup>, determinante para a comercialização da matéria-prima produzida pelo mercado interno para o mercado internacional, devido a taxas de lucro interessantes para quem produzia e também para quem comprava, garantindo, principalmente, a elevação das taxas de lucro dos países de capitalismo central. Sobre o modelo agroexportador, destaca-se que

O mesmo apresenta grande complementaridade econômica quando analisado sob a ótica da reprodução ampliada do capital – especialmente após o advento do imperialismo e da manutenção do “desenvolvimento desigual” – para maximizar a taxa de lucros dos países capitalistas centrais. (SANTOS, 2010, p. 131).

Nesse contexto, destaca-se as análises de Fernandes (2005), a respeito da formação do Brasil moderno, partindo do contraditório desenvolvimento econômico, social e político brasileiro. O autor ressalta as particularidades que conformam o capitalismo brasileiro a partir da concepção do desenvolvimento desigual e combinado<sup>24</sup>, nesse sentido, o capitalismo no

---

<sup>23</sup> Atualmente, com o emprego de tecnologia no campo, o agronegócio exige cada dia mais qualificação técnica dos trabalhadores rurais, todavia, a monocultura e a mecanização dos processos de trabalho mantêm o baixo custo da produção em relação às taxas de lucro.

<sup>24</sup> “Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (lei do desenvolvimento desigual, de Lênin), as localidades atrasadas, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países avançados e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes atrasados se constituiria na essência combinada do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semicoloniais”. Desse modo, os países atrasados ingressavam na era

Brasil se constituiu a partir de uma combinação de aspectos do capitalismo mundial, unindo características de atraso e modernidade, nesse sentido, “[...] tanto o novo quanto o velho alteram-se em direção contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social” (IAMAMOTO, 2007, p. 134).

Pérez (2015), aponta também o domínio econômico-social estrangeiro sob o Brasil e demais países Latino-americanos, entre a primeira década do século XX até após a 2ª Guerra Mundial, para atender aos interesses econômicos externos, conforme já assinalado.

Edificando essa incorporação e subjugação ao imperialismo, o capitalismo que emerge das condições brasileiras – de acordo com Fernandes (2005, p. 113) - consiste em um “capitalismo de tipo especial”, com dois importantes elementos estruturantes e contraditórios entre si: a heteronomia econômica condicionada pelos países centrais e, ao mesmo tempo, tendências de uma dinâmica autônoma em fase de estruturação. Essa realidade socioeconômica contraditória baseada nesta polarização central é o que chamamos de capitalismo dependente. (PÉREZ, 2015, p. 66).

O Brasil capitalista moderno seria, então, um “[...] presente que se acha impregnados de vários passados[...].” (IANNI, 1992, p. 63), assim, distante das inovações tecnológicas, que permaneciam sob a hegemonia dos países de capitalismo central, e mantendo o cerne da economia na produção de matérias - primas para exportação, o desenvolvimento capitalista no Brasil na fase de transição baseou-se no estabelecimento de uma industrialização restrita a bens de consumo destinados ao mercado interno, como a indústria têxtil que utilizava uma tecnologia simples e barata, sendo assim, acessível ao contexto nacional, por esta característica, a fase da industrialização no país que compreende as décadas de 1930 e 1940, foi chamada por Cardoso de Mello (1984) de **industrialização restringida**.

Por mais que o desenvolvimento capitalista posteriormente operado no país tenha possibilitado o ingresso na fase da industrialização pesada, o mesmo não implicou qualquer alteração significativa em relação à estrutura fundiária. Seus impactos podem ser observados na transformação na base produtiva da agricultura brasileira,

---

industrial mantendo pendentes as soluções das principais tarefas “democrático-burguesas”, tais como as questões agrária e nacional. Entretanto, as burguesias periféricas, surgidas tardiamente na arena histórica, atreladas ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários rurais, e extremamente temerosas do proletariado, seriam, segundo Trotsky, incapazes de realizar qualquer tipo de revolução “democrática”, o que colocava na ordem do dia para os trabalhadores dos países atrasados a conquista do poder político. Na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo combinado como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países atrasados. A adição do elemento “combinado” na lei do desenvolvimento desigual de Lênin fez com que Trotsky desse à síntese de suas concepções expressas acima o nome de lei do desenvolvimento desigual e combinado” (DEMIER, 2007, p. 10). Disponível em: <DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a inteletualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In: Anais do V Colóquio Marx-Engels. CEMARX, Unicamp, São Paulo, 2007.> Acesso em: 23/02/2021.

pautada por processos de modernização que, incentivados pelos fortes mecanismos creditícios públicos, disponíveis aos grandes proprietários, consolidaram, com base no latifúndio, as chamadas agroindústrias. (SANTOS, 2010, p. 133).

Outra característica que marca a formação do capitalismo brasileiro, de acordo com Santos (2010), é o que Gramsci denomina de “**revolução passiva**”. De acordo com Paulo Netto (2017), a exclusão das camadas populares dos processos de decisão política, seja por mecanismos de coerção velados ou explícitos, é um traço predominante da formação social no Brasil, deste modo o direcionamento da vida social no país se processou seguindo os interesses das classes dominantes, que sempre buscaram um modo de tolher qualquer iniciativa de ascensão de iniciativas comprometidas com as classes subalternas, via intervenção de um Estado direcionado para aplicar suas reformas do “alto” para “baixo”, nesse sentido, “[...] as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem, evitando qualquer ruptura com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional” (IAMAMOTO, 2007, p.132).

Isto posto, verifica-se que na formação social brasileira, nunca houve de fato uma revolução política radical, mas sim a modernização conservadora do Estado por meio de uma série de reformas que garantiram a hegemonia dos interesses das classes dominantes, possibilitadas pela fragilidade dos mecanismos democráticos nacionais. Nesse sentido, Santos (2010) aponta que os processos de revolução passiva são determinantes nas expressões da “questão social”, pois a exclusão das classes subalternas dos processos democráticos, resultante de uma democracia frágil, conformam a luta de classes no país.

Por fim, Santos (2010) apresenta a terceira característica que conforma o desenvolvimento do Brasil moderno: o papel do Estado na sociedade civil brasileira. Neste ponto se destaca a relação particular do Estado junto a sociedade civil, a autora evidencia o protagonismo assumido pelo Estado brasileiro do ponto de vista econômico para o desenvolvimento capitalista no país e seu desempenho político no que diz respeito às estratégias para garantir o máximo da exploração da força de trabalho, mantendo subalternos os interesses das classes trabalhadoras.

A relação de subordinação e dependência vai particularizar uma forma própria de expansão da produtividade e de extração da mais-valia na América Latina. A vinculação ao mercado mundial a partir da inserção na divisão internacional do trabalho é caracterizada por uma relação na qual os níveis desiguais de desenvolvimento das forças produtivas demarcam a permanente transferência de valor dos países dependentes aos imperialistas. (HORST, 2018, p. 96).

As características que conformam o desenvolvimento do capitalismo dependente nacional, confluem para determinar a raiz da “questão social” no país, que institui uma super exploração da força de trabalho, enquanto elemento fundamental de sua reprodução, considerando que “[...] as burguesias locais, ao transferirem parte expressiva do excedente para os países centrais no cumprimento das funções subsidiárias ao capital internacional, buscam, internamente, recompor sua lucratividade. E o fazem, sobretudo, a partir da super exploração da força de trabalho (HORST, 2018, p. 96).

A transição do modelo econômico nacional, acompanhando o padrão de desenvolvimento mundial pós Segunda Guerra mundial (1939 - 1945), de uma economia majoritariamente agrária para uma economia mista, com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial no país, demarca a expansão e consolidação do capitalismo no Brasil e um largo ciclo de expansão da economia internacional, cabe lembrar que o desenvolvimentismo brasileiro, baseou-se num capitalismo agrário-industrial, em que os produtos exportados em sua maioria são a partir de recursos naturais e o processo de industrialização ocorre no exterior, fazendo que o acesso da classe trabalhadora a produtos e serviços sejam ainda mais restritos.

O desenvolvimentismo difundiu alguns mitos e fantasias, que mais tarde se transformaram em amargas desilusões. A interpretação de que existiria um feudalismo que deveria ser superado, no sentido de fazer avançar uma reforma democrático-burguesa levou à estratégia de que era necessário um consenso de classes para fazer avançar a industrialização modernizadora e expandir direitos sociais na periferia. Esse diagnóstico caiu por terra, ao constatar que o desenvolvimentismo nessas paragens se consolidou mediante a *superexploração* da classe trabalhadora, que intensificou a concentração de renda e, conseqüentemente, as desigualdades sociais. (BURGINSKI, 2016, p. 20).

Tais elementos determinam uma série de expressões no conjunto da classe trabalhadora, que se fundamentam em uma desigualdade social permanente, associada a impossibilidade de quaisquer tipos de rupturas ou modificações estruturais, considerando a posição de subserviência político-econômica aos ditames do capital estrangeiro, nesse contexto, a política social no Brasil, adquire características limitantes, próprias das determinações da relação de dependência. “[...] permanecendo uma tendência de política social pensada de modo residual, apenas complementar aquilo que os indivíduos não puderem solucionar via mercado ou através de recursos familiares e da comunidade” (HORST, 2018, p. 110).

A classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial. Nesse cenário, verifica-se uma sociedade forjada a partir de uma base estrutural excludente, que afirma no direito positivado uma igualdade formal, enquanto apresenta uma profunda fissura expressa pela desigualdade social, mais ainda, pune e culpabiliza a classe trabalhadora, sem tangenciar que sua forma estrutural de compor-se se determina por essência, na lógica da exclusão e superexploração da força de trabalho (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 172).

Desde a década de 1930, o Estado brasileiro implementa uma série de legislações trabalhistas, direcionadas para a classe trabalhadora, demarcando esse momento histórico como um marco na luta pela conquista dos direitos sociais. Entretanto, Santos (1979), aponta que a Revolução de 1930, estabelece uma nova configuração no contexto político brasileiro, que permanece em vigência até os anos 1980, baseada na cidadania regulada. A legislação trabalhista implementada pelo Estado nesse período, voltava-se para os segmentos de trabalhadores inseridos regularmente no mercado de trabalho. O aspecto determinante das políticas sociais era a vinculação do trabalhador ao mercado de trabalho formal ou legalizado, nessa direção, os trabalhadores que exerciam atividades não reconhecidas por lei, tal como trabalhadores rurais e domésticos, tornaram-se pré-cidadãos, pois o reconhecimento da cidadania dependia do reconhecimento do Estado e do mercado da categoria profissional.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (SANTOS, 1979, p. 75).

Portanto, considerando-se os elementos que marcam a sua formação sócio histórica, no Brasil, é apenas na década de 1980, no período pós-redemocratização, que se conforma um sistema de proteção social nacional, instituído constitucionalmente, tendo como referência as políticas de Saúde, Previdência e Assistência social, formando a base da seguridade social no país (BRASIL, 1988).

A partir de então o “carro chefe” para atenção às famílias em situação de pobreza é a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004), dado seu caráter de acesso não contributivo, todavia, seletivo, visto que o desenho de tal política a direciona para as

famílias e indivíduos em situação de pobreza extrema, ou “para quem dela necessitar” (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742 /1993, representa um marco na luta e conquista por direitos sociais ao tornar-se um direito social reclamável, ratificando a assistência social no rol dos direitos sociais, isto é, afirmando a assistência social enquanto direito positivo de proteção social. A partir dessa afirmação buscou-se romper com o seu já conhecido ranço histórico com fundamentos filantrópicos, isto é, com a histórica característica de ajuda e da caridade que a assistência social adquire em sua trajetória de constituição no Brasil, conforme aponta Sposati (2003), a benemerência, a filantropia e o clientelismo foram os pilares que sustentaram as ações de assistência em situação de pobreza no país até 1988.

Behring (2008), aponta que a implementação das políticas de Seguridade Social, estabelecidas na Constituição Federal de 1988, ocorre no contexto de contrarreforma do Estado brasileiro, pois os direitos sociais presentes no texto constitucional se estabelecem em meio a um cenário de intenso ajuste fiscal, como pressuposto para a recuperação da crise econômica de 1990.

O estado brasileiro vem atravessando, desde a década de 1990 do século passado, por um grandioso esforço por parte da classe dominante, em restringir seu espaço de atuação, ou melhor, em redimensionar sua atuação na vida social, econômica e política. Esta cruzada foi responsável por uma verdadeira refundação do Estado, tal o nível de desmoralização e desaparecimento a que ele foi elevado. (MOTA, 2008, p. 148).

Esse contexto determina a incorporação da lógica neoliberal no delineamento das políticas públicas. Conforme Harvey (2005), o neoliberalismo, na teoria, compreenderia uma reatualização dos ideais liberais clássicos consubstanciados no livre-mercado, isto é, a não intervenção do Estado na economia, reacendendo a política do Estado mínimo. Todavia, o autor é condescende com a ideia de que o neoliberalismo com este discurso, na realidade, escamoteia suas verdadeiras intenções fundadas num novo imperialismo estadunidense, que expressa um processo de —recolonização – ou —colonialismo sem colônias.

Sob a orientação dos organismos internacionais, a conformação e efetivação das políticas sociais no Brasil, serão baseados na concepção da teoria liberal, materializando-se por meio da oferta de serviços e programas focalizados na pobreza, contraponto a lógica de

um sistema de seguridade social universal, desse modo, a intervenção do Estado é mínima para a população e máxima para o grande capital. Nesse cenário, observa-se a participação insuficiente do Estado nas políticas sociais, e o deslocamento da responsabilidade para a sociedade, principalmente pela via do terceiro setor, e para a família.

As propostas para recuperação da crise fiscal seriam a transferência dos serviços públicos para o setor privado, principalmente entidades filantrópicas e não governamentais, visando à racionalização de recursos, assim “[...] ganha notoriedade a ideia de construção de uma rede sócio assistencial erguida sob a necessidade prático-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos” (MOTA, 2008, p. 164).

Desse modo, as políticas sociais e econômicas implementadas a partir da década de 1990, seguem a tendência de centralização de suas ações no âmbito familiar, com a implementação de políticas sociais familistas. Desse modo, a família é cada vez mais mote de referência para a formulação, implementação e execução das políticas públicas, convergindo para a formulação de políticas sociais com diretrizes familistas (TEIXEIRA, 2015). Não obstante, essa relação não é uma novidade contemporânea, pois, de acordo com Marshall (1967) citado por Zola (2015), a vinculação entre a família e a política social pode ser constatada a partir da instituição da primeira Lei dos Pobres Inglesa, portanto, a centralidade da família nas políticas sociais é uma referência histórica.

[...] diante de todo o cenário apresentado, a família como componente da tríade de proteção social, é cada vez mais responsabilizada à provisão e a garantia de proteção aos indivíduos que compõem seus grupos, todavia, essa instituição deveria colocá-la numa situação de igualdade, com as demais instituições como a sociedade civil e o Estado, nas possibilidades de provisão, todavia, na lógica neoliberal capitalista instaurada, não prevê o caráter de igualdade. A contrarreforma do Estado e a sua negligência quanto às responsabilidades à garantia e provimentos de proteção social, coloca indivíduos e famílias numa condição de desproteção social. E diante de uma grave crise do capital, mascarada como “crise financeira”, em que a máxima é o ordenamento e o equilíbrio do financeiro, reafirma Frigotto (2017; p.19) quando o mesmo, aponta que numa crise do capital, ocorre a efetivação da destruição dos “meios de produção e das forças produtivas”, e ainda elimina direitos da classe trabalhadora, o que afeta diretamente a capacidade protetiva das famílias. (SANTOS, 2018, p. 15).

A partir da ausência do Estado, no desenvolvimento de políticas sociais universais efetivas, cada vez mais, a família, tem sido apontada como responsável pela proteção social de seus membros, assim, compreende-se que o familismo se evidencia na responsabilização

da família pela garantia de seu próprio bem estar (MIOTO; CAMPOS, 2015). Desse modo, famílias que necessitam da intervenção do Estado, no sentido de viabilizar direitos sociais básicos, como alimentação, emprego protegido, habitação digna, educação, acesso a serviços de saúde dentre outros, são culpabilizadas e responsabilizadas por suas carências, evidenciando um contexto de desproteção social, tendo em vista que, na sociabilidade burguesa a proteção social no âmbito privado da família, depende da proteção social externalizada, pois na sociedade burguesa, “[...] a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas” (MIOTO, 2015, p. 2).

Cabe ressaltar que [...]– sob os marcos da dependência – a impossibilidade da família no Brasil de cumprir minimamente as funções no que se refere à reprodução social a partir da forma como estava estruturada nossa sociedade, com consequências deletérias para as famílias. Nesse sentido, é claro a nós que imputar à família a responsabilidade central quanto ao cuidado e a proteção de seus membros é um equívoco idealista, que ignora a particularidade brasileira e reproduz uma cultura de responsabilização que reforça a ideologia da família. (HORST, 2018, p. 116-117).

Em resumo, destaca-se a importância do estudo da categoria família no contexto do exercício profissional nas políticas sociais, considerando que os complexos elementos apresentados no decorrer deste capítulo, são determinantes para o estabelecimento de um cenário de desproteção social das famílias brasileiras, principalmente para aquelas que necessitam do trabalho para sobreviver, ou seja, as famílias que vivem do trabalho (SANTOS, 2016), que determina cada vez mais a sua inclusão no âmbito da proteção social pública.

Diante do contexto apresentado, portanto, inúmeros são os desafios postos aos profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais, de modo especial, os assistentes sociais, que se propõe a realizar ações profissionais partindo da leitura crítica da realidade social, tendo como horizonte a construção de uma sociedade emancipada, não perdendo de vista a compreensão de que “[...] a liberdade e igualdade formal, assegurada pela emancipação política nos marcos da sociabilidade do capital, estão longe de garantir a liberdade e a igualdade substantivas reivindicadas pela emancipação humana” (BOSCHETTI, 2016, p. 58).



## CAPÍTULO III

### 3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DEBATE ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A FAMÍLIA

#### 3.1 Significado sócio histórico do Serviço Social

Embora seja amplamente conhecida e difundida nos quadros da profissão a perspectiva que associa a gênese do Serviço Social à evolução ou profissionalização da filantropia e da caridade<sup>25</sup>, é também de amplo conhecimento no interior da categoria a tese que relaciona a gênese do serviço social no Brasil, à emergência e a expansão do capitalismo monopolista em escala mundial<sup>26</sup>, isto é, “[...] período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos *lenianos*, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*” (PAULO NETTO, 2009, p. 19).

Ambas as perspectivas de análise buscam a compreensão dos fundamentos e a natureza da profissão frente às transformações societárias que ocorrem nos anos finais do século XIX e início do século XX, todavia, por meio de explicações antagônicas. Enquanto a primeira, apresenta uma análise focal e endógena do Serviço Social, na qual a gênese da profissão é compreendida em si mesma, descolada da realidade social, a segunda compreende o processo de emergência e institucionalização do Serviço Social a partir de uma leitura histórico crítica da realidade, considerando a totalidade dos processos sociais e as transformações societárias que determinam sua gênese.

O Serviço Social é assim entendido “[...] como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.76), portanto, está implicado no processo de reconhecimento de necessidades de classes sociais, distintas e antagônicas. Nesse sentido, compreender a gênese do Serviço Social no Brasil, a partir de uma perspectiva histórico crítica, implica em compreender a profissão inserida no âmbito das relações contraditórias de

---

<sup>25</sup> **Filantropia:** termo usado para falar em humanitarismo, em ajuda humanitária, no ato humano de ajudar o próximo.

**Caridade:** termo ligado e direcionado ao cidadão chamado de desvalido, ou seja, contempla os atos de caridade, os quais são destinados a aqueles que são desprotegidos por “paternidade” – ou paternalismo. (Balbina Ottoni Vieira, 1977); entre outros autores, situa a emergência do serviço social nesse contexto.

<sup>26</sup> (Paulo Netto, 2017); (Carvalho; Iamamoto, 2008); (Maria Lúcia Martinelli, 2001); dentre outros.

produção e reprodução da sociedade capitalista, isto por que, as ações que (re) produzem os meios de subsistência humana são determinadas por condições historicamente dadas e socialmente estabelecidas. Nesse sentido, conforme Yazbek, a reprodução das relações sociais é compreendida enquanto:

[...] reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. (YAZBEK, 2009, p. 3).

Portanto, seu significado social, de acordo com Silva (2006), situa-se na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, as quais produzem a totalidade da vida social nas dimensões material e espiritual. Sua gênese e institucionalização estão imbricadas ao processo de exploração do trabalho pelo capital e a conformação de estratégias de controle e manutenção da ordem econômica, política e social estabelecida pelo Estado capitalista, ao mesmo tempo em que pela mesma via, atua junto à classe trabalhadora com o objetivo de manter viva a força de trabalho, nesse contexto, seu significado social é eminentemente político.

Iamamoto (2011), aponta ainda, que a emergência do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho, resulta, principalmente da correlação de dois processos: o primeiro está relacionado ao redimensionamento das funções do Estado brasileiro, que sucede as consequências deletérias advindas da transição do capital de um estágio concorrencial para o contexto dos monopólios no contexto global, processo já verificado no tópico anterior.

Paulo Netto (2009) pontua que a interferência do Estado no processo econômico é uma característica que se faz presente desde as origens do Estado Absolutista, contudo, é no capitalismo monopolista que essa intervenção passa por uma alteração tanto estrutural como funcional, deste modo, no capitalismo monopolista as funções políticas do Estado se interligam de forma orgânica com as suas funções econômicas, “[...]o eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e para tanto, como poder político e econômico, o estado desempenha uma multiplicidade de funções” ( p. 25).

No contexto de emergência da “questão social” no Brasil, o Serviço Social se constituía em um projeto ainda em formação, que demandava processos de intervenção profissional, o que Iamamoto e Carvalho (2008) definiram como as “protoformas” do Serviço

Social. A emergência de tais “protoformas” está vinculada às ações caritativas e assistencialistas desenvolvidas por segmentos da elite agro empresarial e da Igreja Católica, que têm um papel decisivo para a emergência da profissão no país.

Com o fim da República Velha, a Igreja Católica buscou uma reaproximação junto ao Estado e a sociedade, tendo em vista a laicização do Estado brasileiro desde a Constituição de 1891, desse modo, a mesma manifesta sua preocupação com a descristianização das camadas intelectuais e com o avanço do positivismo e do ceticismo, movimento observado de maneira global. O movimento de Reação Católica<sup>27</sup>, como foi denominado, tinha por objetivo divulgar, por meio da Ação Católica e da Doutrina Social da Igreja, ações voltadas para a reconstrução de valores sociais cristãos almejando uma reforma social moral, este momento histórico marca uma fase de ativa intervenção da Igreja na “questão social”, via ações assistencialistas e caritativas no âmbito da família operária.

Desse modo, visando a recuperação de seu poder e prestígio social, diversas instituições religiosas foram chamadas a atuar junto às mazelas sociais, tal como as escolas religiosas, as paróquias, e a imprensa católica. Nesse contexto, verifica-se o estabelecimento de várias associações e institutos religiosos como: a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores (futura Universidade Católica), Associação de Bibliotecas Católicas, Círculos Operários, Liga Eleitoral Católica e Ação Católica Brasileira (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Portanto, conforme as mazelas sociais advindas das contradições do Estado capitalista tornavam-se mais latentes, em escala mundial, a Igreja Católica passava a pautar a “questão social” enquanto elemento central de ação social, buscando reconquistar sua legitimidade junto a amplos setores da sociedade. Ainda nos anos finais do século XIX, inicia-se a formulação da denominada Doutrina Social da Igreja, fundamentada, a princípio, na encíclica papal *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891.

A *Rerum Novarum*, foi uma resposta da Igreja Católica à ascensão dos pensamentos liberais e materialistas - que ganhavam corpo com o fortalecimento do capitalismo monopolista na Europa. Posicionando-se duramente contra os dois movimentos modernos presentes neste período - o liberalismo, condenado especificamente pela exploração da força do trabalho assalariado; e o comunismo, que recebia críticas ao propor o fim da propriedade privada, pois na concepção da Igreja a propriedade privada era um direito natural, concedido

---

<sup>27</sup> Destaca-se que tal movimento se expressa em escala mundial, conforme vê-se mais a frente.

por Deus, portanto seria algo injusto e absurdo sua dissolução<sup>28</sup>-, propunha a solução dos conflitos sociais pela via cristã: as classes sociais deveriam buscar o equilíbrio entre si, procurando conviver harmoniosamente, tendo como objetivo primordial o bem comum de toda a sociedade. Tais princípios fundamentam “[...] o Código Social de Malinas, publicado em Bruxelas, Bélgica, em 1927, e que vai também influenciar a formação de diversos documentos em vários países europeus no sentido de orientar a fé e a moral cristã (IAMAMOTO, 2017, p. 148).

As ideias e pensamentos expressos na Doutrina Social da Igreja<sup>29</sup> são fundamentados na filosofia escolástica Tomista, doutrina de São Tomás de Aquino (1225-1274), e neotomista<sup>30</sup>, que buscava um elo entre a Teologia cristã e o pensamento científico filosófico, com vias de provar cientificamente a existência de Deus: “[...] a importância de Tomás de Aquino consiste em ter encontrado a fórmula adequada para “cristianizar” a obra de Aristóteles, incorporando-a à teologia cristã. Assim sendo, sua obra é considerada o ponto de referência mais alto da Escolástica” (SILVA, 2003, p. 88).

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. (YAZBEK, 2009, p. 4).

Já no início do século XX, em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*, é escrita pelo Papa Pio XI, em 15 de maio de 1931, a *Quadragesimo Anno*, que reafirmava e fortalecia as concepções expressas na anterior, originando o movimento Neotomista (princípios filosóficos Tomistas são reatualizados). Nessa conjuntura, o mundo estava marcado pela Revolução Russa (1917), pela Primeira Guerra Mundial (1914) e em meio a crise de 1929. A Doutrina Social da Igreja buscava a hegemonia dos princípios fundamentais do cristianismo por toda a sociedade, partindo da análise da natureza dos males que se generalizaram na sociedade moderna, a fim de elaborar e recomendar soluções que pudessem combater as mazelas da “questão social”, todavia, mantendo seu cerne fulcral intacto (o modo de produção).

No Brasil, a ação social da Igreja também se refere à busca pela recuperação da hegemonia da ideologia cristã da Igreja Católica, fortalecendo a Ação Católica Brasileira

<sup>28</sup> Texto completo disponível em: <<[http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>> acesso em: 13/01/2021.

<sup>29</sup> Suas implicações junto ao tratamento dado pelo serviço social junto à “questão social” serão analisadas no próximo capítulo.

<sup>30</sup> Conceitos Tomistas adequados à nova realidade.

(ACB), dessa forma, no ano de 1931, a mesma promoveu duas grandes demonstrações de força na cidade do Rio de Janeiro, sendo estas: a entronização de Nossa Senhora Aparecida e a inauguração do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro. Com tais ações a Igreja pretendia fazer com que o novo regime compreendesse a sua indispensabilidade, bem como reconhecesse o valor de seu apoio (AGUIAR, 2011). O pensamento católico canônico passaria assim a exercer influência decisiva na vida social e política, engendrando aproximações e alianças com governos e instituições políticas.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

Silva (2003), ressalta no entanto, que a atuação da Igreja junto a “questão social” não pode ser entendida apenas enquanto uma estratégia de retomada do seu poder espiritual, de acordo com a autora, a intervenção social buscava também combater a propagação do pensamento positivista e socialista, que espalhava na sociedade a partir da aglutinação do movimento operário brasileiro<sup>31</sup>, verifica-se assim, a fundação de instituições voltadas exclusivamente para o atendimento dos trabalhadores, “[...] com o objetivo de minorar a pobreza e restabelecer a ordem social, econômica e política, também foram criadas a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo”(SILVA, 2003, p. 95).

Em meados da década de 1930, as lutas entre as classes sociais tornaram-se ainda mais acirradas, aumentando a pressão dos trabalhadores sobre a burguesia industrial. Em 1932, foi formada uma associação com a finalidade de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, com a preocupação de preparar "trabalhadoras sociais", o Centro de Estudos e Ação Social".

Com apoio do Centro de Estudos e Ação Social, e dos diversos cursos por ele promovidos para as senhoras católicas, o ano de 1936, marca a criação do primeiro curso de Serviço Social na cidade de São Paulo na Escola de Serviço Social de São Paulo<sup>32</sup> -

<sup>31</sup> Percepção apreendida a partir da vitória da Revolução Russa, em 1917 e com a fundação do Partido Comunista no Brasil, em 1922 (SILVA, 2003).

<sup>32</sup> Mais tarde, 1972, esta seria incorporada à PUC - SP.

coordenada por Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, ambas vinculadas ao Centro de Estudos de Ação Social vinculado à Igreja Católica.

Logo em seguida, em 1937, é criada a Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social, no Rio de Janeiro, agregada à PUC-RJ, em 1946 (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008). Nesse período, portanto, são instituídas as primeiras escolas de Serviço Social no país sob fortes influências do Serviço Social francês e belga (Doutrina Social da Igreja, ideário franco-belga de ação social e pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII).

A profissão se consolida, como parte integrante do aparato estatal e do empresariado, enquanto um trabalhador assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma, e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 86).

O estreito relacionamento entre o Estado e a Igreja, alcançado após o processo político que culmina no golpe de 1930, determinou para esta um papel de destaque na formação das primeiras assistentes sociais<sup>33</sup>. Segundo Yazbek (2009) a Igreja Católica foi responsável pelo ensinamento dos conteúdos no processo formativo das primeiras profissionais do Serviço Social brasileiro, referenciando-se os dogmas religiosos e os valores cristãos como base teórica e ideológica para tal formação e para o trato da “questão social”.

Diante desse cenário marcado pela presença da Igreja e do Estado, as atividades da caridade tradicional ganham uma nova roupagem e certo caráter organizativo, associadas às ações das elites empresariais, principalmente paulistas e cariocas, que agora podem contar com o suporte e apoio do Estado, possibilitando assim a concretização de obras sociais mais amplas. Ressalta-se que essas ações podem ser consideradas como o cerne originário do Serviço Social brasileiro.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 167).

---

<sup>33</sup> O termo é utilizado sempre no feminino pois a força de trabalho das primeiras assistentes sociais era composta especificamente por mulheres jovens, pertencentes às elites paulistas e cariocas.

Assim, o Serviço Social consiste em uma profissão que se processualiza com objetivos bem definidos, os quais visavam dar respostas à "questão social", desmobilizando o movimento operário, no sentido de promover a disciplina e a integração social das famílias trabalhadoras a lógica do capital. Todavia, Iamamoto e Carvalho (2008), destacam a ausência de legitimidade da profissão em suas origens, pois ela se desenvolve a partir de uma imposição das classes dominantes, isto é, não nasce considerando as demandas sociais da classe as quais se destinam suas ações, de outro modo, a legislação social implementada pelo Estado, embora impositiva e unilateral, leva em consideração alguns interesses e demandas da classe trabalhadora em sua formulação.

Partindo dessa lógica, de acordo com Martinelli (2001), o Serviço Social engendra, em sua gênese, o conjunto de variáveis que conformam a sociedade capitalista, tais como a contradição, o antagonismo, e a alienação. Considera-se que a função social atribuída ao Serviço Social nesta conjuntura, era participar da reprodução das relações de classe, enquanto mediação da relação contraditória entre elas. A profissão, portanto, emerge como um "típico instrumento do capitalismo" (MARTINELLI, 2001, p. 66) posto a seu serviço enquanto uma importante estratégia de controle social, adquirindo uma identidade bem específica que a autora denomina de "a ilusão de servir".

Estes aspectos de análise são relevantes para a compreensão histórico crítica da profissão, pois permite compreender que o Serviço Social não se institucionaliza na divisão social do trabalho devido à existência da pobreza, entendida aqui nestes termos em si mesma, - ou como um fenômeno natural da sociedade. Muito menos como uma especialização da caridade e da benevolência, cujo caráter é apreendido a partir da compreensão do homem enquanto um ser perfeito, que possui uma inclinação natural de ajuda ao próximo, tal como expressa o pensamento tomista e neotomista<sup>34</sup>.

Desse modo, compreende-se que sua institucionalização é produzida no momento em que as demandas políticas empregadas na cena social pela classe trabalhadora passam a requerer respostas por meio de uma intervenção do Estado, que pudesse dar conta das consequências societárias advindas do aumento da pobreza e dos conflitos sociais (CASTELLO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020).

---

<sup>34</sup> Santo Tomás de Aquino (1225-1274).

Considera-se que as definições apresentadas até o momento neste trabalho dissertativo, são elementos chaves para a apreensão da relação entre o Serviço Social e a família no decorrer do seu desenvolvimento histórico, tendo em vista que tal relação se processa no contexto ampliado das conexões contraditórias entre o Estado, capital, trabalho e a política social. O objetivo do tópico a seguir é revisitar as construções teóricas produzidas no âmbito da categoria, buscando-se resgatar as concepções e o tratamento dado à família no contexto profissional, com a finalidade de desvelar as contradições inerentes a essa relação.

### **3.2 Famílias: dilemas, paradoxos e desafios históricos para os assistentes sociais**

O objetivo do presente tópico é apontar elementos que caracterizam a relação entre o Serviço Social e a família na história da profissão, buscando-se identificar, por meio das construções teóricas elaboradas no contexto de sua produção científica, de qual maneira a família é interpretada historicamente pela categoria, considerando os diferentes projetos profissionais<sup>35</sup> em disputa no Serviço Social.

Conforme já citado no capítulo anterior, é no contexto da década de 1930, que o Estado brasileiro desenvolve as primeiras iniciativas na conformação das políticas públicas destinadas às famílias<sup>36</sup>, processo que marca a gênese e a institucionalização profissional, conforme, aponta Paulo Netto (2007, p.29), “[...] a partir da concretização das possibilidades econômicas - sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a "questão social" se põe como alvo de políticas sociais”.

Distante do debate nodal da sociabilidade do capital, as primeiras intervenções profissionais se processam com o intuito de disciplinar e moldar as famílias trabalhadoras à

---

<sup>35</sup> Os projetos profissionais “[...] Inscrevem-se no marco dos projetos coletivos aqueles relacionados às profissões – especificamente as profissões que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior . Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

<sup>36</sup> “[...] inspiradas, de acordo com Neder (1994), no autoritarismo nazifascista, que tinha como paradigma o ideal de “família regular” e ‘saudável’, paradigma esse construído pelas formulações gestadas especialmente no campo médico, jurídico e urbanístico [...] (HORST, 2018, p.120).



lógica capitalista, buscando meios de mediar os conflitos expressos pela emergência da “questão social”, que determinava cada vez mais os conflitos societários.

Portanto, a emergência do serviço social servia tanto aos interesses do agro empresariado e do Estado, ao propiciar elementos que poderiam viabilizar a manutenção do projeto capitalista em desenvolvimento, quanto às famílias operárias, ao estabelecer ações assistenciais que poderiam amenizar o sofrimento da classe trabalhadora no contexto de aviltamento social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Nessa quadra histórica, a atuação do Serviço Social junto a família, é compreendida em uma perspectiva de caráter doutrinário com fundamentos na filosofia neotomista, que define os indivíduos de forma abstrata e genérica, configurando-se como uma das “[...] estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista” (FORTI, 2013, p. 99). No contexto dos princípios da filosofia neotomista, é importante destacar a noção da dignidade da pessoa humana e sua perfectibilidade, bem como o seu pensamento quanto às relações entre a Igreja e o Estado.

Conforme já se verificou no tópico anterior, o Tomismo é a doutrina filosófica elaborada por Tomás de Aquino no século XIII. Admirador e estudioso da filosofia grega, principalmente Aristóteles, Aquino dedicou seus estudos ao esclarecimento das relações entre a verdade revelada e a filosofia, isto é, na busca de conciliar a fé e a razão, com o objetivo de provar cientificamente a existência de Deus, desse modo, conforme suas interpretações, tais conceitos não se chocam, nem se confundem, mas sim, são distintos, porém harmônicos.

De acordo com Aguiar (1982), na filosofia tomista a primeira realidade a ser explicada deve ser a existência de Deus, o motor primário e a fonte de todos os demais seres. Após analisar a existência de Deus, o autor busca analisar o homem, isto é, a pessoa humana, entendendo que esta se constitui de duas substâncias incompletas: a alma e o corpo, que se fundem formando um ser único, o ser humano, é justamente essa característica que o distingue de qualquer outro ser.

Assim, a filosofia tomista busca também o reconhecimento do homem como um ser dotado de razão, portanto capaz de realizar escolhas, sendo ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus. Por assemelhar-se a Deus, que representa a criatura mais perfeita do universo, o tomismo compreende que o homem possui uma inclinação natural à bondade, e a capacidade de aperfeiçoar-se materialmente e espiritualmente, alcançando a perfectibilidade do criador.

Os homens eram concebidos como seres criados à imagem e semelhança de Deus, e almejavam felicidade eterna, isto é, Deus. Para o alcance da felicidade, era preciso que corpo e alma estivessem equilibrados, em harmonia, no entanto, fatores externos desviavam a busca dessa felicidade, como o trabalho em excesso, a lascívia, o jogo, a bebida, os bens materiais, o que gerava a desorganização social. Assim, as próprias profissões justificavam a necessidade de um assistente social junto aos trabalhadores e seus familiares com o objetivo de orientá-los nos aspectos moral e religioso. (SILVA, 2003, p. 88).

Deste modo, por ser um ser inteligível, a pessoa humana representa o que há de mais perfeito em todo o universo (AGUIAR, 1982). Tal verificação é apreendida tanto no aspecto físico quanto espiritual, pois o corpo humano é considerado como o mais perfeito, funcional e complexo, sendo perfeição também é verificada no plano espiritual, que se manifesta por meio da razão. A razão produz o princípio da consciência em si e da liberdade, determinando ao homem a capacidade de fazer escolhas, além disso, o homem é também dotado de vontades, que lhe permitem a escolha do caminho da virtude, do bem e no alcance do fim último, que é Deus.

O tomismo também reconhece a natureza gregária do ser humano, assim como Aristóteles afirma que o homem é naturalmente um animal social, e para desenvolver-se necessita viver em sociedade. Segundo Aguiar (1982) para Aquino a sociedade é a união dos homens com o propósito de efetuar algo comum, toda forma de governo, desde que garanta os direitos da pessoa e o bem-estar da comunidade é boa e o Estado deve respeitar a Igreja, assim não existe conflito entre fé e razão. Toda forma de autoridade deriva de Deus, respeitá-la, é respeitar a Deus (SCIACCA apud AGUIAR, 1982).

Esta visão com relação à autoridade e ao Estado, reafirmada no neotomismo, explica a posição inicial do Serviço Social brasileiro de não questionamento da ordem capitalista, buscando sempre a harmonia social via o reformismo. Nesse contexto, o Serviço Social voltava-se, sobretudo ao “cuidado” da família operária, considerada imoral e desorganizada frente aos padrões sociais, visando a conciliação entre classes e o alcance do bem comum. Portanto, a partir da visão da pessoa humana enquanto portadora de valor soberano, criada por Deus a sua imagem e semelhança, o único ser no universo capaz de se aproximar da perfeição, o objetivo do Serviço Social era moldar este ser, integrá-lo à sociedade, aos valores, a moral e aos costumes de uma sociedade cristã, a fim de que ele alcançasse a perfectibilidade.

O pressuposto fundamental da ação profissional, era a compreensão de que as desordens sociais resultavam da “desestruturação familiar” das famílias operárias, o grande mal da sociedade era a inserção da mulher operária no mercado de trabalho, desencadeando

uma série de vicissitudes no âmbito doméstico, que se tornava vulnerável sem a figura da mulher “mãe protetora”, “dona do lar”<sup>37</sup>.

Somos todos concordes em considerar que o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe se servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência.<sup>38</sup>

Jorge (2009), a partir da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso das primeiras assistentes sociais formadas no Brasil, indica a responsabilização da mulher no contexto da “reestruturação familiar”. Segundo a autora, o serviço social naquele momento, busca estabelecer estratégias de atuação junto às famílias operárias, visando a prevenção e a cura dos problemas sociais, tendo como referência norteadora de suas ações, a concepção da mulher enquanto “célula-mater” da sociedade.

Nesse contexto, destaca-se a forte influência do patriarcado<sup>39</sup> na formação das famílias brasileiras, a partir do processo de colonização e constituição da sociedade nacional, que se

---

<sup>37</sup> Nessa mesma direção, Rago (2014) destaca o pensamento de grupos dominantes que buscavam impor e difundir gestos, e uma cultura para as mulheres, julgando como um mal social aquelas que não se submetiam a imposição de uma vida voltada para o ambiente doméstico, inclusive, sendo diagnosticadas como portadoras de doenças mentais. A autora também destaca tal pensamento nos ambientes operários que, por vezes, viam as mulheres supostamente responsáveis pelo lar e pela família, como verdadeiras representantes da revolução. Portanto, fica evidente que a instituição familiar era baseada no poder maior da figura masculina em suas relações internas. Subsidiada pelo poder maior da autoridade paterna, a família se mantém submissa às ordens e as vontades masculinas.

<sup>38</sup> Documentos Parlamentares, Legislação Social, vof. I, p. 208, in: Esmeralda Blanco B. Moura, *Mulheres e M enores no Trabalho Industrial: Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 132, grifos meus (RAGO, 1987, P. 69).

<sup>39</sup> De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado representa um caso específico das relações de gênero, que expressam a desigualdade marcada por relações baseadas na hierarquia, o patriarcado admite a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando, assim um complexo de estratégias que determinam um sistema de opressão feminina. A autora defende, entretanto, que tanto homens quanto mulheres possuem poder no âmbito das relações de dominação-exploração, todavia, esse poder se expressa de maneira desigual entre ambos, nesse contexto, o poder feminino se revela a partir da sua capacidade de questionamento à sua condição de subordinação ao poder masculino, e também a partir das estratégias de resistência e enfrentamento ao patriarcado. Nessa perspectiva, as relações entre homens e mulheres são determinadas por uma hierarquia de poder, que se estabelece tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público, a desigualdade e a exclusão das mulheres, dadas por esta hierarquia de poder, fundamentam-se com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas entre os sexos, determinando a construção sociocultural da identidade feminina como figura passiva e submissa, e a definição de seus papéis na sociedade na qual deve ocupar o espaço doméstico e de cuidado ao lar, dadas suas características impostas via opressão e dominação masculina. Saffioti (2004) aponta ainda que o patriarcado se faz presente em todos os âmbitos sociais, pois o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam toda a sociedade e também o Estado, a mulher, nesse contexto, é, primeiramente, discriminada pelo simples fato de ser mulher, como se tal condição a tornasse incapaz, incompleta ou falha, o preconceito é potencializado caso a mulher seja negra, devido às heranças históricas do escravismo, da mesma forma, a mulher pertencente à classe trabalhadora, tem seu valor reduzido enquanto mulher, sendo assim, o patriarcado perpassa questões de gênero, raça e classe social. A mulher, sofre assim, discriminação, menosprezo e julgamentos, de seus gestos e atitudes, quando estes não se encaixam no padrão estabelecido pela ordem patriarcal. Nesses termos, segundo Saffioti, a dominação patriarcal e a exploração capitalista são movimentos que se interligam. Durhan (2004), aponta que a industrialização e a conformação do sistema capitalista de produção, busca separar radicalmente o âmbito da

processa a partir de relações Inter étnicas de exploração e subordinação, tendo como características marcantes a violência, o machismo, a subserviência, a exploração sexual das mulheres indígenas e africanas, e o trabalho escravo (SANTOS, 2016). Todo esse emaranhado de determinações conflui para a concepção de família definida pelo Serviço Social no aspecto doutrinário, sendo suavizadas e justificadas pela moral ideo cristã.

O objetivo era combater o “desajustamento social”, por meio de uma ação educativa, junto às famílias operárias, estimulando que estas, por seus próprios meios conseguissem se "organizar", assim a família era responsabilizada a sair da situação “problemática” que se encontrava, por si própria, visando o bem comum de toda a sociedade, desse modo, “[...] elevando-se a cultura, instrução religiosa e formação familiar, haverão indivíduos educados a participar ativamente desta fase de acumulação de capital sem trazer consigo todas estas anomalias que estavam atingindo a sociedade naquele momento” (JORGE, 2009, p. 17).

As famílias que viviam do trabalho eram concebidas em uma perspectiva que apontava um déficit de formação moral, intelectual e social, nesse sentido, era necessária uma intervenção que as educasse para vida familiar, por meio de uma ação normativa em sua vida privada, ensinando hábitos de higiene, saúde, limpeza do lar, atuando no ajustamento das condutas das famílias trabalhadores, conforme aponta Soares (1940, p. 41) citada por Jorge (2009, p. 19): “[...] verificamos que a família operária sofre as consequências da falta de formação higiênica, moral e econômica. Isso tudo devido, em grande parte, à falta de preparo, de formação familiar da mãe de família”.

As expressões da “questão social” eram concebidas de maneira acrítica, entendidas enquanto um problema moral e religioso das próprias famílias. Yazbek (2009) destaca o enfoque moralizador da “questão social”, compreendida enquanto um desvio de conduta moral, consequência do afastamento das famílias da vida cristã.

O pensamento conservador<sup>40</sup> era uma tendência predominante na formação das primeiras assistentes sociais, a partir da qual os "problemas sociais" eram compreendidos e

---

produção, da reprodução social em esferas distintas, estabelecendo uma forma específica de isolamento feminino no espaço doméstico. Entretanto, segundo a autora, o sistema capitalista não excluiu a mulher da esfera pública, antes determinou a sua inclusão simultânea nas duas esferas, a pública e a privada, estabelecendo, a grande contradição da condição feminina, “[...] a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução” (2004, p.346). Nesse contexto, é evidente as contradições na vida cotidiana das mulheres, que se encontram quase sempre divididas entre a esfera pública e a vida privada.

<sup>40</sup> Yazbek (2009) destaca que nem o conservadorismo e nem a doutrina, constituem teorias sociais. As teorias sociais compreendem a apreensão e reprodução dos fenômenos sociais no plano ideal na busca de uma explicação aproximada da realidade, são baseadas em um conjunto explicativo, ontológico e totalizante da realidade, vinculada organicamente ao pensamento filosófico. Enquanto a Doutrina expressa um modo de ver o mundo que se afirma na fé e nos dogmas, não abrangendo a totalidade dos processos sociais que se apresentam

vinculados diretamente à responsabilidade individual, nesse contexto, o indivíduo e a família eram o centro da intervenção "[...] o contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus "clientes" na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes" (YAZBEK, 2009, p. 3).

No que diz respeito às origens e aos fundamentos do *conservadorismo clássico*, o tema nos remete à constituição da razão moderna e ao projeto de modernidade inaugurado pelo movimento de ascensão do projeto burguês. A Idade Moderna inaugura uma nova forma de pensamento, especialmente no campo da filosofia, da arte, da ciência e da política, baseado na razão, que propunha uma nova forma de compreensão do mundo e do homem, concebendo esse último enquanto um ser livre para pensar sua existência e determinar seu próprio futuro, conscientizando-se da sua condição de sujeito da própria história e agente de suas próprias decisões e construções intelectuais. Essa revolução no pensamento provocou grandes mudanças em vários quadros da vida social.

Escorsim Netto (2011), aponta que a noção de pensamento conservador, em uma aproximação primária, está vinculada ao verbo **conservar**, isto é, no sentido etimológico da palavra expressa o ato ou o efeito de preservar algo, manter, fazer com que continue vivo, presente.

O conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras a sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes. (IAMAMOTO, 2011, p. 28).

O pensamento conservador clássico, de acordo com Escorsim Netto (2011), é identificado inicialmente como um movimento de reação contrário as ideias e propostas Iluministas, em particular, às consequências da Revolução Francesa (1789), e por conseguinte, ao “processo geral da revolução burguesa”, que no Ocidente ocorre entre os séculos XVI e XVIII. Nesse período, representantes do Antigo regime feudal, protestavam contra as novas formas de compreensão do mundo que emergiram, principalmente quanto à capacidade do homem de ser agente transformador da realidade social.

Já se verificou no primeiro capítulo deste trabalho, que entre as décadas de 1830 e 1840, os princípios emancipatórios elaborados no advento da modernidade, são resgatados pela classe trabalhadora na Europa Ocidental, que já experimentava as consequências da

---

no real. Já o pensamento conservador sugere a negação do novo, suas ações são representativas da preservação e restauração da ordem social, portanto, nesse período, não se verifica um caráter científico nas ações do Serviço Social.

“questão social” colocando em xeque a sociabilidade capitalista. O crescente e intenso processo de pauperização dos trabalhadores, impulsiona a organização do proletariado, que se posiciona contra a consolidação do sistema capitalista e a miséria humana gerada por este modelo de produção. Como reação a tal movimento, a burguesia recorre ao pensamento conservador como forma de manter seu projeto de exploração e dominação em curso, abandonando parte das conquistas no campo do conhecimento voltadas para a compreensão do mundo, do homem e da sociedade, determinando o fenômeno que Lukács (1968) citado por Paulo Netto (2001), denominou de decadência ideológica.

Portanto, o conservadorismo clássico, passou por transformações substantivas ao longo da história, no entanto, Escorsim Netto (2011, p. 56), destaca uma característica unificadora do pensamento conservador clássico e moderno, evidenciando que em nenhum momento existe um horizonte trágico ou desesperado para a sociedade contemporânea, assim, “[...] na sua curva do anticapitalismo restaurador ao anticapitalismo resignado e antissocialista, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro[...]”.

Conforme Paulo Netto (2001) o pensamento conservador, agora de posse da classe burguesa, adquire novas roupagens e torna-se hegemônico na compreensão da “questão social” e seus desdobramentos. Sob a ótica conservadora, laica e confessional, é paulatinamente naturalizada, e convertida em objeto moralizador, perdendo seu sentido histórico. Concebida como algo inerente à sociedade, portanto ineliminável de qualquer formação social, seu enfrentamento passa pela via da implementação de políticas limitadas, por meio de reformas que assegurem a manutenção da propriedade privada e dos meios de produção.

Tais referências marcam a emergência do Serviço Social brasileiro, estabelecendo fortemente sua vinculação ao pensamento conservador. Assim, o conservadorismo será o fundamento ideológico que consubstancia o nascimento da profissão, característica que irá acompanhar todo o seu processo de desenvolvimento histórico (HORST, 2018). Em resumo,

Os conservadores compreendem a família como a base moral da sociedade, base pela qual se transmitem valores e tradições. Consideram também que é por meio da estabilidade social das famílias, e do seu papel econômico, que elas contribuem para a eternização da sociedade e do seu modo de organização (ESCORSIM NETTO, 2011). A valorização da família, constante nos conservadores, está também conectada a um traço distintivo do pensamento conservador: a defesa da constituição de grupos intermediários, capazes de – junto com a família – mediar a relação entre os indivíduos e a sociedade. (HORST, 2018, p. 43).

No decorrer das décadas seguintes, com desenvolvimento das políticas sociais no campo estatal, e a inserção cada vez maior de assistentes sociais para atuar nessa área, a profissão é impulsionada a tecnificar sua intervenção profissional, a partir da introdução de novos aportes teóricos e metodológicos, imprimindo em suas intervenções um caráter mais técnico, já que as ações fundamentadas nos postulados doutrinários, não eram suficientes para responder às demandas sociais latentes. Neste momento, inicia-se o distanciamento do Serviço Social da base de confissão cristã da Igreja Católica, para as propostas metodológicas do Serviço Social norte americano.

A partir de então, a política adotada pelo Estado brasileiro foi a de investimento no desenvolvimento e na constituição de grandes instituições sociais, como o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1940), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946), por exemplo, como maneira de responder às pressões da população. Nesta conjuntura, o Estado requirava uma grande demanda de profissionais para atuar nestes espaços, o que determina a legitimação do Serviço Social enquanto profissão assalariada, e sua inserção na divisão social do trabalho (YAZBEK, 2009).

Com o surgimento das grandes instituições, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada. (SILVA, 2006, p. 25).

Deste modo, a partir dos anos 1940, o Serviço Social brasileiro busca efetivar uma reorganização de seus conteúdos teóricos e metodológicos, visando atender as novas as requisições do Estado capitalista, que exige da profissão qualificação e sistematização de seu espaço sócio ocupacional. Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro buscará suporte teórico metodológico no Serviço Social norte-americano, cujas propostas de intervenção social eram embasadas no positivismo, pautadas na perspectiva estrutural funcionalista (YAZBEK, 2009).

Destaca-se que a teoria social positivista, é desenvolvida no seio da filosofia Iluminista do séc. XVIII, a partir dos fundamentos da doutrina do direito natural (jusnaturalismo). A princípio, a doutrina positivista se constituía em um pensamento filosófico e social que valorizava a humanidade. Nesse contexto, o positivismo possui em seus fundamentos uma dimensão revolucionária (crítica) contra a ordem feudal-absolutista. Segundo Lowy (1994), enquanto teoria social, o positivismo se fundamenta em três premissas básicas: 1) a existência de leis naturais invariáveis que orientam os fenômenos sociais; 2) a

assimilação entre os processos sociais e naturais; 3) e a neutralidade da ciência perante o objeto analisado.

De acordo Lowy (1994), Turgot (1997), Francis Bacon (1947) e Condorcet (1993), são alguns dos nomes que tiveram importante contribuição para a gênese do positivismo, que propunha um novo método de análise, capaz de alcançar a exatidão das ciências exatas na análise dos processos e fenômenos sociais. Desse modo, a exatidão pressupõe a neutralidade, isto é, a análise dos processos sociais deve se proceder de maneira neutra, sem considerar os interesses de classes., “[...] este ideal de ciência neutra, tão imune aos “interesses e paixões”, quanto a física ou a matemática, estará no coração da problemática positivista durante dois séculos” (LOWY, 1994, p. 19).

Augusto Comte “[...] inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida” (LOWY, 1994, p.22), o positivismo assim abandona o caráter revolucionário rompendo com o discurso crítico e se torna conservador, a partir de então conforme a ideologia positivista o capitalismo deriva de Leis naturais invariáveis, portanto, jamais poderá ser superado. O positivismo torna-se uma justificação científica da ordem social estabelecida, isto é, do capitalismo, e a desigualdade social é situada como algo imutável e natural, nesse contexto, a pobreza e os “privilégios sociais” são também naturalizados.

Quanto às bases teórico-metodológicas que constituíram as primeiras influências científicas no Serviço Social, não poderiam ser outras que aquelas das quais se originaram seus agentes intelectuais de ascendência da classe burguesa ou por eles formados, com base no pensamento da intelectualidade gerada em meio às transformações do modo de produção capitalista. No século XVII assistiu-se à afirmação da ciência experimental de que a atividade científica não mais se reduzia a observar e classificar os fenômenos, partindo de dados empíricos para os princípios eternos, conforme predominara na Idade Média. Marcado pela objetividade, o pensamento burguês busca apreender a legalidade objetiva da realidade para transformá-la conforme os seus interesses econômicos e sociais, o que levou a descobrir e explicar os fenômenos e as leis que constituem a natureza a partir da própria natureza, tendo a racionalidade humana como meio de captar o conhecimento dos dados observáveis. Surgem as ideias do conhecimento com base em métodos científicos para conduzir a razão a procurar a verdade nas ciências. (COSTA, 2017, p. 170).

Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro entra em contato com as teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, a influência norte-americana ocorreu com a difusão das técnicas dos métodos do Serviço Social de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade (DC), formando a tríade metodológica que fundamentam as intervenções profissionais na busca de desenvolver a integração do homem



ao meio social. O trabalho com grupos era realizado, quer para integração, quer para fins terapêuticos, de forma a conseguir a melhor adaptação do indivíduo ao seu meio.

Segundo Paulo Netto (2017), nas décadas de 1950 e início dos anos 1960, o serviço social acompanhava o projeto desenvolvimentista da autocracia burguesa<sup>41</sup> no país. Nesse período, o mercado de trabalho para os assistentes sociais se expandiu e se consolidou nacionalmente, movido pela política econômica de industrialização pesada<sup>42</sup> que provocava o ainda mais adensamento das expressões da “questão social”. A profissão encontrou legitimidade junto ao Estado devido ao seu perfil profissional, considerado submisso e “dócil”, além de exprimir um caráter funcional ao capital ao exercer o papel de executores das políticas sociais do Estado.

Durante todo esse período o trabalho com famílias no Serviço Social tinha como inspiração os caminhos abertos por Mary Richmond - Serviço Social de Caso - que através de seus relatos de casos apontava que as ações dos assistentes sociais deveriam incidir na higiene (pessoal e doméstica), na estrutura habitacional, no respeito à propriedade, nas condutas sociais e familiares, na retomada de laços familiares, na ajuda na aquisição de hábitos e nas situações de “crises” associadas, em geral, aos grupos familiares (RICHMOND, 1977). Nos anos de 1950 e 1960 o CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) 93, através de sua revista, publicou inúmeros textos relacionados à família, muitos de autores norte-americanos traduzidos para o português. Neles se divulgava e se fortalecia uma intervenção profissional pautada na perspectiva estrutural funcionalista de família. (HORST, 2018, p. 123).

No âmbito dessa perspectiva, a ação profissional dos assistentes sociais pautava-se na submissão ao Estado e ao capital, visto que os profissionais atuavam enquanto executores finais das políticas sociais, reproduzindo os ideais expressos pela ordem autocrática burguesa, sem anuência de qualquer reflexão crítica sobre a mesma, que pudesse viabilizar os interesses da classe trabalhadora, agindo, portanto, no sentido conservador de manutenção da ordem e domínio da sociedade.

---

<sup>41</sup> Termo utilizado por Fernandes (2005) que representa a influência da burguesia nos rumos do desenvolvimento econômico e político brasileiro.

<sup>42</sup> Contexto marcado pela política desenvolvimentista proposta pelo presidente Juscelino Kubitschek: “O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas, para as quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Esse percentual demonstra por si só que os outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros. A construção de Brasília não integrava nenhum dos cinco setores. As metas eram audaciosas e, em sua maioria, alcançaram resultados considerados positivos. O crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961”.(O Brasil de JK > 50 anos em 5: o Plano de Metas. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> acesso em 28/02/201021.

A proposta de intervenção profissional seria superar os fundamentos da caridade e da filantropia, fundados nos alicerces neotomistas, para um sentido tecnicista que alinhasse a prática profissional aos auspícios institucionais, relacionando suas atividades profissionais de acordo com os procedimentos administrativos e técnico-burocráticos que as instituições exigiam, com a finalidade de assegurar as condições de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Todavia, a tentativa de tecnificação profissional não eliminou o caráter conservador da profissão, os estudos orientados pela teoria social positivista mantinham a leitura superficial da sociedade, na qual as demandas apresentadas pelas famílias operárias eram compreendidas de maneira imediata e pontual, isto é, os “problemas” dos “clientes” eram compreendidos como responsabilidade dos próprios indivíduos e famílias, as ações permaneceram no âmbito do ajustamento moral, intelectual e social da família, sob a perspectiva estrutural funcionalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Desta forma a investigação e a intervenção não se limitam apenas ao estudo, diagnóstico e tratamento do indivíduo isolado do seu contexto intrafamiliar, mas principalmente, no meu entender, na percepção das forças existentes dentro do núcleo familiar que criam ou agravam a inadaptação destes membros (TARANDACH, 1978, p. 20).

A família na perspectiva estrutural funcionalista é compreendida, principalmente, a partir de sua função social, que se sintetiza na reprodução biológica de seus membros, que se constituem por meio de uma estrutura de parentesco.

Pode-se ressaltar, da análise do conceito de família, que lhe são delegadas funções tendo em vista o desenvolvimento de seus membros e de sua unidade como um todo. quanto às suas características, Lévi-Strauss, assim a considera: 1. tem origem no casamento; 2. é constituída pelo esposo, esposa, filhos dessa união, enquanto seja lícito, conceber parentes que sejam próximos ao núcleo do grupo; 3. seus membros estão unidos entre si por: laços legais; direitos e obrigações econômicas, religiosas e outras; entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais e uma quantidade de sentimentos. (TARANDACH, 1978, p. 22).

A reestruturação das forças produtivas, por parte do Estado, iniciou um processo de mudanças significativas no contexto global da sociedade na América Latina, as quais repercutiram diretamente no cenário do Serviço Social, afetando tanto a sua intervenção, como a formação profissional. De acordo com Paulo Netto (2017), no contexto das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que se expressam a partir das novas configurações capitalistas internacionais, que determinam para a América Latina, uma forma de desenvolvimento econômico subordinado e excludente (FERNANDES, 2005), inicia-se no seio da categoria o questionamento aos referenciais teóricos do Serviço Social tradicional.

Ao assumir as inquietações de parcela dos setores sociais insatisfeitos com os rumos que o país tomava no curso do processo desenvolvimentista, a profissão passa novamente por uma tentativa de renovação de seus fundamentos teórico-metodológicos, que culmina na elaboração de três perspectivas teóricas distintas, movimento nomeado por Paulo Netto (2017) de movimento de Reconceituação do Serviço Social. Desta forma, o Serviço Social, que até aquele momento, configurava-se como um mero reproduzidor das formas tradicionais impostas pelo Estado e pela burguesia, assumidas no início da profissão, busca promover a redefinição de sua identidade e intervenção profissional.

A década de 1960, representa assim, um marco no que se refere à construção da identidade profissional do Serviço Social Brasileiro (MARTINELLI, 2001). Acompanhando o movimento da sociedade, que evidenciava cada vez mais a luta de classes em emergência, no âmbito da profissão emergem as primeiras reflexões críticas sobre a sociedade burguesa, mas que, porém, não se sobressaíram frente ao pensamento conservador que se fazia hegemônico naquele contexto.

Verifica-se a emergência de iniciativas opostas aos princípios e fundamentos que embasaram a ação profissional nos marcos da emergência do Serviço Social e a identidade atribuída à profissão, a partir das reflexões de “agentes críticos” que começam a questionar as contradições da sociedade burguesa. Nesse contexto, Lukács, citado por Martinelli (2001), destaca que as crises do sistema capitalista, momento em que reificação atinge os seus níveis mais elevados, paradoxalmente, são determinantes para uma “tomada” de consciência de classe sobre as contradições que conformam os processos sociais. O processo de consciência não se dá em razão de influências externas, nem resulta de um simples processo etapista, no qual o sujeito individualmente adquire consciência da realidade a partir da soma dos processos, antes é fruto do reconhecimento coletivo da contradição, nesse aspecto, a consciência das contradição é o elemento propulsor e, portanto, fundamento da consciência crítica, esta que “[...]expressa fundamentalmente o resultado de uma busca consciente de superação da atitude contemplativa, imediata e superficial, e do pensamento abstrato, esvaziado de conteúdo, reflexão e crítica” (MARTINELLI, 2001, p. 136).

No caso do Serviço Social, especificamente, a autora compreende que a tomada de consciência de classe, por parte de segmentos da profissão, deve ser analisada a partir do seu processo de institucionalização, que proporcionou a aproximação direta dos profissionais junto à classe trabalhadora e de suas lutas contra o capital, desde a década de 1950, bem como a ampliação e diversificação do contingente profissional, que viabilizou a pluralidade de pensamentos no âmbito da categoria.

A autora destaca ainda, a “retração dos movimentos católicos” ocasionando a dissolução da hegemonia do pensamento cristão sobre o mundo, base da ação profissional, e também as profundas alterações sociais deletérias das transformações engendradas pelo capitalismo pós primeira guerra mundial, que tornam insustentável a percepção de uma sociedade capitalista eterna, imutável e com plenas potencialidades de estabelecer um cenário harmônico entre as classes sociais.

Todavia, as iniciativas mais críticas, tanto no campo do pensamento, como também nos movimentos sociais que ganhavam as ruas, e que poderiam estabelecer respostas mais concretas direcionadas para o conjunto da classe trabalhadora, são silenciados, através da coerção (censura, a tortura e a cassação dos direitos civis e políticos), com a instauração do golpe militar em abril de 1964<sup>43</sup>, determinando para o Serviço Social a necessidade de reconfigurar seus objetivos profissionais, visto que já não respondiam efetivamente às demandas do novo quadro societário, conservando, contudo, sua característica originária de ser um instrumento funcional ao desenvolvimento da sociedade burguesa.

O movimento de renovação, desse modo, configura-se como um processo de contestação aos fundamentos e práticas profissionais do Serviço Social Tradicional, todavia, a análise desse processo revela que dentre as perspectivas teóricas elaboradas, apenas a que ficou conhecida como “intenção de ruptura” (PAULO NETTO, 2017), trazia novos elementos para se pensar a sociedade capitalista a partir de viés mais crítico. Destaca-se que, obviamente, esse processo não se deu de maneira homogênea, pois expressou tendências e correntes teóricas adversas no seio da categoria,

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade Latino americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (YAZBEK, 2009, p. 148).

Nesse sentido, conforme Paulo Netto (2017), a primeira vertente do serviço social renovador identificada nesse processo, ocorreu no Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em 1967 na cidade de Araxá (MG), no qual foi formulada uma perspectiva de renovação que o autor denominou de Perspectiva Modernizadora. Vale dizer que a perspectiva modernizadora teve seu ápice nos seminários de Araxá (1967) e Teresópolis

---

<sup>43</sup> Golpe político que instalou uma Ditadura militar no Brasil, com duração de 21 anos (1964-1985).

(1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social. Tal perspectiva, representou a tentativa de uma modernização teórico metodológica profissional, adequando a profissão ao modelo de desenvolvimento nacional, caracterizada pela incorporação de abordagens funcional-estruturalistas e, mais tarde sistêmicas, mantendo contudo a matriz teórica positivista. Paulo Netto, ressalta se tratar de:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (PAULO NETTO, 2017, p. 154).

Sobre a teoria sistêmica, Horst (2018), aponta que esta se desenvolveu no âmbito da profissão, especialmente a partir dos anos de 1970, encontrando bastante aderência profissional no decorrer da década de 1980, que resulta na concepção do Serviço Social Clínico. A teoria sistêmica buscava a explicação dos “problemas” dos indivíduos, a partir da estrutura e dinâmica das próprias famílias, que deveriam ser tratados por meio de atendimentos terapêuticos.

Assim como o móbil, a família é um todo composto de vários elementos ou membros. Uma mudança em um de seus membros afeta todo o grupo. Porém, a família tem habilidades para criar um balanceamento entre mudanças e estabilidade. Por exemplo, a ocorrência de doença mental é reconhecida como uma sobrecarga, um estresse para toda a família. No início da doença ocorre uma desorganização familiar e, posteriormente, a família consegue reorganizar-se priorizando o cuidado de seu familiar portador de doença mental (GALERA; LUÍS, 2002 *apud* SANTOS, 2010).

Nesse cenário, fica evidente o caráter psicologizante dado à “questão social” que assumido pelo Serviço Social Clínico, tratando questões relativas ao contexto da totalidade social, enquanto problemas individuais das famílias, definidas como problemáticas.

Considerando as características próprias do desenvolvimento da sociedade sob a autocracia burguesa, a perspectiva modernizadora buscava adequar a profissão aos preceitos do Estado, mantendo um posicionamento, frente às expressões da “questão social”, tipicamente funcionalista, desse modo, o cerne que atravessava o Seminário de Araxá era a busca pelo “transformismo”, isto é, a proposta, ao fim e ao cabo, mantinha oculta a conservação do Serviço Social tradicional, todavia, sobre a afirmação de novas bases.

Desse modo, mantinha-se o controle social exercido sobre a classe trabalhadora, com o intuito de integrar as famílias ao contexto societário visando o funcionamento harmônico de uma sociedade proposta pela classe dominante. Conforme sopesa Paulo Netto (2017, p.154)

“[...] o núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento”.

A crise da ditadura militar, em meados dos anos 1970, contribuiu para que a atuação profissional no contexto da perspectiva modernizadora perdesse paulatinamente a sua hegemonia, em grande parte por que o seu “reformismo” não foi bem aceito pelos assistentes sociais mais tradicionais. No marco do Seminário de Sumaré (1978) e do Seminário do Alto da Boa Vista (1984) se explicitou a segunda tentativa de renovação profissional, que foi denominada por Paulo Netto (2017) de Reatualização do Conservadorismo, esta foi representante de uma complexa discussão entre a ruptura e continuidade com o passado profissional.

Assim, no referido processo buscava-se aprimorar as práticas profissionais fundamentadas no Serviço Social Tradicional, conforme as novas demandas sociais. Deste modo, pode-se dizer que essa perspectiva visava a reatualização do conservadorismo, mantendo o mesmo dentro de uma proposta que se pretendia nova, ou melhor, “[...] aberta e em fase de construção” (PAULO NETTO, 2017, p. 203).

Dentre os principais expoentes que se puseram à frente da formulação de tal perspectiva, um nome de relevo foi a autora Pavão (1981). A autora buscou aporte teórico e filosófico na Fenomenologia<sup>44</sup> defendendo uma reaproximação da profissão com o conservadorismo, a característica predominante da práxis profissional eram as ações de cunho psicologizante (culpabilização dos indivíduos) e moralizador; defesa da transformação social por meio da transformação individual dos sujeitos (princípio do ajustamento social).

Todavia, o distanciamento das fontes originais, a partir da utilização de fontes secundárias, determinou um aspecto simplista nas elaborações teóricas por parte dos autores que defendiam a aproximação à matriz fenomenológica, muito oposta a complexidade das obras originais, aspecto propenso a reafirmar ações tradicionais e conservadoras, das quais a profissão buscava se afastar.

---

<sup>44</sup> A fenomenologia surgiu no início do século, na Alemanha, por Edmundo Husserl, que recebeu influências do pensamento de Platão, Descartes e Brentano. Entre os pensadores que sofreram a influência do pensamento husserliano, podem-se destacar: Martin Heidegger, Alfred Schutz, Jean Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty. Além da Europa teve repercussão nos Estados Unidos e na atualidade, existe em todos os continentes[...] O termo fenomenologia significa estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, daquilo que é dado, buscando explorá-lo. A própria coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala, tanto sobre o laço que une o fenômeno com o ser de que é fenômeno, como sobre o laço que o une com o Eu para quem é fenômeno. Tal abordagem filosófica identifica-se por assegurar o sentido dado ao fenômeno. Vai mostrar que o mundo é o fenômeno, o que se mostra, embora precise ser desvelado. Busca chegar ao fenômeno, desvelar o sentido deste que se mostra, para chegar àquilo que a coisa é” (SILVA, LOPES, DINIZ, 2008).

Cabe ressaltar, novamente, nesse contexto, que o conservadorismo não foi suprimido do Serviço Social pela perspectiva modernizadora: “[...]ela explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou no exercício da profissão” (PAULO NETTO, 2017, p. 259), desse modo, o conservadorismo, que marca a gênese da profissão desde seus primórdios, permaneceu hegemônico nas duas vertentes teóricas analisadas, sendo objeto de crítica no movimento que ascende a partir das reflexões de agentes mais críticos no seio da categoria, denominado por Paulo Netto (2017) de Intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional.

As primeiras aproximações do Serviço Social com as leituras marxistas, que conformam a perspectiva de Intenção de Ruptura, ocorrem no contexto da aproximação de alguns setores da profissão com os movimentos sociais de esquerda e de setores da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação<sup>45</sup>, todavia, tal aproximação se processa, naquele contexto, a partir de uma leitura superficial do marxismo, pautada em obras de autores estruturalistas como Althusser, principalmente pela dificuldade de acesso às obras originais de Marx, no contexto da ditadura militar, dado a criminalização das pautas progressistas devido ao "pretexto da ameaça comunista", “[...] na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando” (PAULO NETTO, 2009, p. 668).

Portanto, a princípio, a profissão não irá realizar uma apropriação na raiz do pensamento marxiano, a “pobreza teórica” de tais elaborações, se dá, principalmente, pelo uso do “marxismo sem Marx”.

O contexto da ditadura militar aprofundou os problemas sociais no Brasil, determinando o ainda mais aviltamento das condições de vida e sobrevivência da classe trabalhadora e criminalizando aqueles que se rebelaram contra o regime, assim a “questão social” adquire novos contornos e expressões: torturas, assassinatos e o exílio são exemplos de algumas das atrocidades cometidas pelo governo no regime militar (LARA; SILVA, 2015). As barbáries e denúncias constantes de violação aos direitos humanos serviram de “chão” para a mobilização social em prol do restabelecimento das liberdades individuais e pela

---

<sup>45</sup> A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos.

redemocratização da sociedade brasileira, favorecendo o impulso da teoria social marxiana na análise da realidade social, por parte dos assistentes sociais.

No final dos anos 1970, o país enfrentava uma grave crise política, econômica e social, com o esgotamento do modelo desenvolvimentista implantado pelo regime ditatorial, agravado pela crise do petróleo que se expandia a nível mundial. Nesse cenário, emergem as condições de fortalecimento dos movimentos populares pela reivindicação de direitos sociais, e também, das reflexões críticas no âmbito do serviço social, principalmente no contexto acadêmico, impulsionadas pelos fatores mencionados anteriormente, associado ao declínio da ditadura militar, que apontava para horizontes mais democráticos.

A partir dos anos 1970, com a crise fiscal do Estado no Primeiro Mundo, a reorientação das políticas públicas no ideário neoliberal e a diminuição do *welfarestate*, a família ganha uma outra visibilidade. Nesses países e no Brasil. Muitas funções no campo social, anteriormente assumidas pelo Estado, são assumidas pelo grupo familiar e, ao mesmo tempo, outras lhe são exigidas em razão da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural que se instala pela eliminação de vários postos de trabalho. A família, então, encontra-se sobrecarregada pela crise econômica que, inclusive, gera desemprego aos seus integrantes (Rosa, 2002). Este é um período que reforça a solicitação da família como amortecedora de crises sociais, apesar de ser um locus de potencialidades, segundo Guimarães (2002). (JORGE, 209, p. 43).

No âmbito profissional, dentre as limitadas conquistas identificadas naquela década, dadas as condições societárias do processo ditatorial, destacam-se as reflexões da categoria na dimensão sociopolítica, até então negada pelo Serviço Social tradicional, o qual alegava a defesa da neutralidade de posicionamento, muito embora agisse na prática a favor das classes dominantes.

O movimento de Reconceituação evidenciou a necessidade de elaboração de um posicionamento político da profissão frente às classes sociais e a “questão social”. Sendo assim, estabelecem-se as condições para o fortalecimento da vertente teórica apoiada nos fundamentos da Teoria Social marxiana, impulsionada pela interlocução da profissão com as Ciências Sociais, ampliando seus influxos teóricos, abordando conceitos como a luta de classes e refletindo a profissão inserida no movimento contraditório da sociedade (YAZBEK, 2009).

Ainda de acordo com Yazbek e Silva (2005, p. 30), a década de 1970, marca a consolidação da formação profissional, por meio da implementação dos cursos de Pós-Graduação<sup>46</sup>. Este processo permitiu ao Serviço Social um salto qualitativo no que se refere à

---

<sup>46</sup> “No percurso histórico do Serviço Social no Brasil, identifica-se que a produção do conhecimento, de fato, intensificou-se a partir dos anos 1970 do século passado e se encontra diretamente relacionada com a emergência



sua produção teórica, que começa a se destacar no início dos anos de 1980, a partir das suas primeiras publicações.

No que diz respeito ao desenvolvimento da produção teórica no âmbito da família, Jorge (2009), aponta uma ausência da temática nas fontes analisadas no período que compreende a institucionalização do serviço social sob as bases positivistas norte americanas, e o seu tímido retorno nas elaborações acadêmicas produzidas a partir do movimento de reconceitualização, pois conforme a autora, até esse momento, a família é abordada apenas de maneira transversal pela profissão, no contexto dos debates sobre a atuação profissional junto às comunidades e os movimentos sociais.

Ao final da década de 70 e início dos anos 80, os assistentes sociais construíam sua aliança com as classes trabalhadoras tentando dar à prática uma nova direção. Esse posicionamento “propiciou a percepção da família no interior da questão mais ampla, contraditória e complexa do conflito de classes, sujeitando o entendimento da realidade social a todas as determinações, condicionamentos e influências decorrentes do novo enfoque” (COSTA, 1994, p. 23). (JORGE, 2009, p. 43).

Apesar de tais avanços desenvolvidos por setores mais críticos (“agentes críticos” (MARTINELLI, 2001) a base profissional do Serviço Social mantinha uma pluralidade de concepções a respeito do mundo e da sociedade capitalista, segundo Martinelli,

[...] marcada ainda pelo signo da alienação, encontrava-se envolvida por uma prática, que, enquanto generalidade abstrata, se consumia na simples imediatidade, consumindo na mesma medida, a consciência daqueles agentes que não conseguiam se aperceber da reificação e se revoltar contra suas amarras (MARTINELLI, 2001, p.142).

O processo de amadurecimento profissional seguiu se desenvolvendo no decorrer dos anos 1970, alcançando um novo patamar nos anos iniciais da década de 1980. Martinelli (2003, p. 137), destaca que o Serviço Social, neste momento, encontra condições de efetivar uma “ruptura da alienação”, impelida pelo movimento societário que favorece tal processo. Portanto, somente na virada da década de 1970, período em que se inicia a redemocratização no Brasil, que o Serviço Social pode estabelecer o amadurecimento profissional teórico-político, incorporando a teoria social marxiana de forma mais consistente e fiel à essência desta teoria. Especialmente após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS),

---

dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social. Os Programas de Pós-Graduação constituíram espaços férteis e essenciais para que ocorresse esse desenvolvimento da produção do conhecimento na área. Este período é demarcado também pela reforma universitária e pela incorporação do Serviço Social à universidade brasileira (quando diversos institutos particulares foram integrados, alguns confessionais)” (PRATES, KUNZLER, 2015) Texto disponível em: <[https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9366/2/Tandil\\_Argentina\\_A\\_Direcao\\_da\\_Formacao\\_e\\_a\\_pr\\_oducao\\_da\\_Pos\\_Graduacao\\_em\\_Servico\\_Social\\_no\\_Brasil\\_e\\_a\\_importancia\\_dos.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9366/2/Tandil_Argentina_A_Direcao_da_Formacao_e_a_pr_oducao_da_Pos_Graduacao_em_Servico_Social_no_Brasil_e_a_importancia_dos.pdf)> Acesso: 26/02/2021.

realizado em 19 de setembro de 1979, que ficou conhecido como o Congresso da Virada, quando a profissão avança na compreensão de sua direção social, colocando o seu trabalho em prol das necessidades das classes subalternizadas e não mais da classe dominante (BARROCO, 2008).

É também nesse período, que as primeiras produções teóricas de pós graduação começam a ter repercussão na categoria, destaca-se o livro “Relações sociais e serviço social no Brasil”, de Marilda Yamamoto e Raul Carvalho, de 1982, considerado de extrema importância para o amadurecimento profissional na perspectiva crítica, pois a partir das leituras da obra marxiana em suas fontes originais, situa o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, compreendendo este profissional enquanto um trabalhador assalariado, pertencente à classe social trabalhadora.

No âmbito da família, destaca-se a produção de autoria de Lídia Maria Silva: “*Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia*”, publicado já no início dos anos 1980, aproximando o debate da família ao contexto da teoria social marxista, a autora aponta elementos para uma nova apreensão da família pelo Serviço Social.

Encontramos, porém, no próprio discurso dos assistentes sociais, os indícios de que através das contradições que ocorrem em sua própria prática abrem-se os caminhos de uma adesão menos cega ao jogo ideológico das camadas dominantes. Ao mesmo tempo que explicam, propõem e realizam uma prática de natureza imediatista e condicionada pelos objetivos sociais e institucionais, precipuamente a serviço da reprodução do sistema, enxergam e se confundem e se tornam perplexos com as dificuldades e mínimos resultados obtidos. precisarão, então, neste jogo de contradições, encontrar explicações que lhes permitam entender os caminhos e descaminhos da família. (SILVA, 1987, p. 171).

A autora já apontava as contradições inerentes à intervenção profissional junto a família, e a necessidade de se romper com a prática imediatista e dominadora, que conflui para a manutenção do sistema capitalista, buscando junto à população usuária estratégias que permitam a sua libertação. Silva (1987) destaca também, a família no contexto da reprodução física e social, de acordo com a autora, essa dupla função atribuída à família, contribui para a reprodução das relações de produção, e assim, para a manutenção do sistema vigente.

Considerando-se a produção teórica sobre a família na revista Serviço Social e Sociedade, durante a década de 1980, verifica-se a publicação de 6 (seis) artigos escritos por assistentes sociais. Sobre a sistematização de uma concepção teórica de família, identifica-se posicionamentos que indicam principalmente: 1) a família enquanto unidade produtora e reprodutora no sistema social, 2) a transitoriedade histórica da família, considerando seu constante movimento em relação às transformações sociais. A maioria das publicações

destacam questões relativas à formulação de políticas públicas para a família, já apontando críticas para a sociedade burguesa, nos marcos da teoria social marxiana.

No que diz respeito a Teoria Social marxiana, segundo Paulo Netto (2009) Marx (1818-1883) percorreu um longo caminho para a formulação de sua crítica social, iniciando efetivamente a sua trajetória teórica em 1841, por volta dos anos 1843 e 1844, quando entra em contato com a filosofia de materialista de Feuerbach, alterando radicalmente sua visão de mundo ao contrapor a dialética idealista de Hegel. Porém, apenas em contato com Engels e sua constante indignação com a situação aviltante da classe operária, que Marx delineou seu objeto de estudo, ao qual dedicaria 40 (quarenta) anos de sua vida: “[...] a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (2009, p. 672).

No percorrer deste longo caminho, diversas linhas de pensamento alicerçaram sua elaboração teórica, tendo como fontes principais a economia política clássica, com destaque para Adam Smith e David Ricardo; a filosofia alemã e o socialismo francês. Destaca-se, assim, que Marx não iniciou suas análises partindo do zero, antes aprofundou seu conhecimento em torno do acúmulo cultural propiciado pela Modernidade, com o objetivo de proceder a sua elaboração crítica.

Isto quer dizer, que o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação: de fato, é só depois de quase quinze anos das suas pesquisas iniciais que Marx formula com precisão os elementos centrais do seu método, formulação que aparece na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos que, publicados postumamente, foram intitulados Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858 (MARX, 1982, p. 3-21). É nestas poucas páginas que se encontram sintetizadas as bases do método que viabilizou a análise contida n’O capital e a fundação da teoria social de Marx. (PAULO NETTO, 2009. p. 672).

Ainda segundo Paulo Netto (2009), para Marx a teoria social representa uma forma específica de conhecimento, assim como a arte, o conhecimento prático da vida social, dentre outros, todavia, o que a difere das demais formas de conhecer o mundo e suas especificidades é o fato de que a mesma deve representar o objeto em si mesmo, isto é, ser uma representação objetiva da realidade : “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (2009, p. 673 ).

Todavia, a simples reprodução da realidade no pensamento, não expressa sua verdade de forma mecânica e imediata, tal como um simples reflexo se apresenta em um espelho, a imagem da realidade refletida no plano imediato é passível apenas de conclusões superficiais.

Deste modo, para a superação dessa conclusão superficial, ou aparente, o autor destaca a utilização de um método científico que considere seu movimento e suas múltiplas determinações, o método, deste modo, é o fio condutor que vai orientar a apropriação dos múltiplos aspectos que determinam e integram a realidade.

Marx, em sua análise da sociedade burguesa, utiliza o método crítico dialético para apreender os processos sociais em sua totalidade, sobre o método de análise o autor afirma que “Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 1968, p. 16). Nesse sentido, o método utilizado é crítico pois nega a realidade em sua imediatez, e dialético por que diz respeito à apreensão dos fenômenos singulares em sua relação com o movimento da totalidade social, isto é, o desvelamento dos complexos que constituem os processos sociais em relação ao contexto universal se encaminha por meio de sucessivas aproximações ao objeto pesquisado. Consiste, portanto, em alcançar a essência real do objeto, ultrapassando a sua aparência fenomênica,

Portanto, o método crítico dialético desenvolvido por Marx no estudo da sociedade burguesa, propõe um modo específico de investigação da realidade social, o qual procura apreender a essência dos diferentes processos e fenômenos que compõem a totalidade social em suas mediações particulares.

Nesse contexto, verifica-se que o processo de intenção de ruptura (PAULO NETTO, 2005), viabilizou a reconfiguração dos fundamentos e objetivos profissionais, ao se comprometer com a classe trabalhadora, reconhecendo-se também enquanto participante da mesma, passa a ter a responsabilidade de ressignificar o exercício do seu trabalho profissional, negando a reprodução da lógica liberal burguesa. Nesse contexto, verifica-se também uma mudança na perspectiva teórica dos assistentes sociais relativa à família e o contexto societário, que passam a situá-la no âmbito das relações contraditórias da sociedade burguesa,

Então, aquela situação, que se afigurava no plano da singularidade como “problema individual-familiar”, mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais (que o compõe, e é por ele composto). (PONTES, 1989, p. 16).

Todavia, a família ainda não ganha destaque nas análises realizadas pela categoria durante período de reconceitualização profissional, o interesse pela temática só se inicia, de fato, por volta dos anos 1990, ganhando intensidade nos anos 2000.

Os motivos da ausência do debate sobre família no arco da teoria social crítica pelo Serviço Social, especialmente nas décadas de 1970, 1980 e também de 1990 podem ser atribuídos à preocupação com a consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, à inserção da profissão como interlocutor no debate das Ciências Sociais sobre política social e também a um possível alinhamento ao caminho adotado pela esquerda, de negação da família burguesa como objeto de interesse intelectual. (HORST, 2018, p. 131).

Na década de 1990, conforme já se destacou no primeiro capítulo deste trabalho, ocorre a expansão das políticas sociais no Brasil, asseguradas pelo texto constitucional de 1988, no contexto do neoliberalismo e da contrarreforma do Estado, delineando as políticas sociais um carácter residual e compensatório que visa assegurar apenas condições mínimas de proteção social para manutenção da força de trabalho viva, quando esgotadas as possibilidades de tal proteção se efetivar por meio do mercado e, principalmente, da família.

A partir da década de 1990, a família cresce centralmente nas expectativas do Estado. Essa importância ocorre devido ao modelo posto (início das políticas neoliberais), levando em consideração a reprodução social, onde a família é a primeira instituição social que o indivíduo adquire as bases de sua socialização. Porém, a ênfase na centralidade da família tem início no pós Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, com Marshall na Inglaterra, onde relata a família como uma unidade, quando se trata em agir em relação à miséria. Portanto, para compreender o sistema de proteção familiar, é preciso considerar qual é o lugar que a mesma ocupa na agenda política e social, que tipos de política são aplicados e em que momento histórico retrata-se essa família. (JORGE, 2009, p. 63).

Sob a ótica da implantação de políticas sociais familiares, o debate teórico sobre a família no âmbito Serviço Social, começa a ganhar destaque. No decorrer da década de 1990 são publicados 13 artigos na revista *Serviço social & Sociedade* com a referida temática elaborados por assistentes sociais, nas duas décadas seguintes, verifica-se a publicação de 19 artigos na referida revista, sendo publicados 13 artigos na década de 2000, com destaque para a revista número 71, publicada em 2002, cuja temática central foi “Famílias”. Já na década de 2010, identificou-se a publicação de apenas 6 artigos com a referida temática. Desse modo, os números publicados indicam uma ampliação do debate entre as décadas de 1990 e 2000, e depois seu decréscimo na década subsequente.

Nesse contexto, isto é, a partir da década de 1990, o Serviço Social começa a definir com maior consciência a construção de um projeto profissional crítico, embasado na teoria social marxiana, com princípios éticos que se fundamentam na emancipação humana e na construção de uma nova ordem social, sem exploração e dominação de classe<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> “É no trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar o seu carácter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (PAULO NETTO, 1999, p. 15-16).

Evidentemente, que no dinamismo da sociedade e com novo corpo teórico, o Serviço Social buscará compreender radicalmente as contradições e os artifícios da sociabilidade vigente, com fins de buscar estratégias para sua superação, considerando-se que compreender a sociedade capitalista, é fundamental para elucidar seus processos de alienação e controle, presentes no modo de produção e também nas estruturas que o legitimam. Nesse contexto, destaca-se o esforço teórico da categoria para a compreensão da família no contexto da sociabilidade capitalista nas produções do Serviço Social.

A partir da análise dos artigos publicados, verifica-se um ganho qualitativo nas concepções teóricas sobre a família a partir da teoria social marxista. Destacam-se nas produções os estudos que visam a desnaturalização da família, com base em uma perspectiva idealizada da família burguesa; apontam a diversidade familiar, em contraposição a um modelo único idealizado formada apenas por laços consanguíneos; a sua historicidade, considerando que a família reflete as transformações societárias, e por fim, a necessidade de situar a categoria família pelos assistentes sociais, no contexto de sua origem e particularidade no sistema capitalista (PEREIRA, 1995); (BRANT, 1993); (MIOTO, 1997); (HORST; TENORIO, 2019).

Os estudos contemporâneos sobre a família, no âmbito do Serviço Social, consideram as direções apontadas, nesse sentido, a família é interpretada como um conjunto de pessoas que se ligam meio de laços diversos (afetivos, consanguíneos, etc.), no qual os seus membros

---

novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. Um exemplo do seu caráter aberto, com a manutenção dos seus eixos fundamentais, pode ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas com as modificações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABESS, 1997 e 1998) ratificam a direção da formação nos termos do projeto ético-político (PAULO NETTO, 1999, p. 15).

integram o mesmo cenário social de relacionamento, portanto, o local do ato de se reconhecer, da desigualdade, do ensinamento, da união e da separação, das permutas de afetos e desafetos emocionais, conforme indica Sierra (2011, p. 28), “[...] o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade”. Nesse sentido, a família pode ser considerada como o “berço” próprio de cada pessoa, o local privilegiado de socialização primária, no qual ocorrem as realizações essenciais ao progresso e bem-estar dos seus membros, muito embora, também represente um espaço de conflitos e tensões.

Portanto, as concepções teóricas sobre a família atualmente no âmbito do Serviço Social, indicam que ela corresponde a uma organização social instituída a partir de laços sanguíneos, jurídicos ou afetivos (SIERRA, 2011), desse modo, a família não é mais identificada pela concretização do casamento, nem pela distinção de sexos ou envolvimento sexual. Por fim, o elemento que define a família, consiste nos laços afetivos que ligam diferentes pessoas, ocasionando um compromisso recíproco com finalidades em comuns (GOUVEIA, 2010). Nesse sentido, a família pode ser considerada como “[...] uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo [...]” (SZYMANSKI, 2002, p. 9), em outras palavras, a família, historicamente, pode ser concebida como um *locus* primário de proteção social, ou seja, a proteção social no âmbito privado familiar.

Entretanto, é fundamental destacar que a família deve ser compreendida no âmbito das relações mais amplas da sociedade, sendo assim, ela é transpassada por uma série de fenômenos que conformam as relações societárias, como o contexto sócio-político e cultural de determinado país ou localidade, o que por certo já inviabiliza a tese de um modelo unívoco e ideal de família, desse modo, a família pode ser também um local de conflitos e tensões, o que significa que no interior do grupo familiar, podem ocorrer situações de (des)proteções sociais. É importante destacar, que a ideia da família, enquanto um espaço privilegiado de afeto, proteção e felicidade começa a ser desnaturalizada a partir de estudos acadêmicos que se iniciam por volta da década de 1980, nesse sentido, o âmbito familiar passa a ser observado como um espaço marcado por conflitos, tensões e até mesmo abusos (MIOTO, 1997).

Considerando, que a capacidade de socialização humana depende do nível de acesso aos bens produzidos coletivamente, sejam eles materiais ou espirituais, nesse ponto, destaca-se que na sociedade burguesa, “[...] a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas” (MIOTO, 2004, p. 2), o que possibilita afirmar que a proteção social no âmbito privado da família depende da proteção social externalizada.

Santos (2016) aponta que a família é uma construção social em constante modificação, consequência de transformações societárias que incidem diretamente sobre suas configurações, portanto, sua análise deve considerar a totalidade dos processos sociais, afirmando que esta participa da produção e reprodução humana. Nesse sentido, a família compõe um conjunto em frequente modificação, por situações internas à sua história e fase de vida, em contato com as transformações sociais, principalmente na esfera da produção.

Engels (1980-1985), em sua clássica obra “A origem da, da propriedade privada e do Estado” afirma que a família é uma categoria ativa que permanece em constante mudança, determinada pela ordem econômica. O autor toma para a análise dos processos de mudança da família o clássico alinhamento com as transformações da propriedade, da herança, da partilha dos bens e chega a denominar de “estágios” em que apresenta as transformações sociais e as diferenciações das uniões conjugais. Definindo assim a expressão família como um grupo originário a partir da civilização romana “para designar um “novo organismo” social (ENGELS, 2009, p. 76) colocando diretamente a uma ligação do poder exercido pelo homem, branco e de posses, sob sua mulher, filhos e os escravos domésticos. (SANTOS, 2016, p. 41).

Nesse contexto, Horst (2018) destaca-se a necessidade de situar o debate da família no contexto da sociabilidade capitalista, isto é, a necessidade de se resgatar a sua origem e, a particularidade, que a família assume neste modo de produção, elaborações teóricas ainda pouco exploradas no âmbito do Serviço Social crítico, segundo suas ponderações. Desse modo, o autor aponta que a origem da família se situa no contexto da produção e reprodução social, nessa direção, a família é identificada como resultado do desenvolvimento das necessidades ontológicas do ser social, frente ao desenvolvimento da sociabilidade:

É na própria reprodução social que localizamos a família – compreendendo-a enquanto resultado do desenvolvimento das necessidades do ser social, consequência do processo de sociabilidade. Portanto, a família ocupa um lugar “natural” de cuidado, proteção, sobrevivência – que possibilitou o desenvolvimento histórico do “sentimento de família”. No entanto, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção colocaram em xeque esse lugar da família na era do capital. Não sendo possível compreendê-la somente em torno de sua “natureza” (com vistas a naturalizá-la na perspectiva positivista e/ou divina), nem somente em torno da sua particularidade no capital (com vistas a eternizá-la), mas apenas na sua contraditoriedade. (HORST, 2018, p. 78-79).

Assim, o autor destaca que a família deve ser analisada sob a ótica de suas contradições, pois somente a partir deste crivo que se torna possível a sua desnaturalização e apreensão de sua transitoriedade no movimento histórico, pois conforme o autor a família se modifica concomitantemente ao desenvolvimento das forças produtivas, pois “[...] *uma forma específica de apropriação da natureza determina as formas de organização social e a consciência*”(HORST, 2018, p.83, grifos do autor).



Nessa mesma direção, Lessa (2012, p. 9) aduz que “[...] há hoje uma profunda contradição entre a nossa forma de organização da vida familiar, a família monogâmica, e as nossas necessidades e possibilidades de desenvolvimento mais autênticas dos indivíduos também do ponto de vista afetivo”. Desse modo, compreende-se que é a partir da origem da organização familiar monogâmica que se gestam as contradições expressas pela família na sociabilidade capitalista, considerando que o monogamismo<sup>48</sup>, conforme Engels (2010), é a expressão do advento da sociedade de classes e da propriedade privada.

Nessa seara, destaca-se a função ideológica que a família assume na sociabilidade capitalista, pois ela, enquanto reprodutora das relações sociais a nível micro, reflete as contradições presentes na sociabilidade a nível macro, nesse sentido a família monogâmica (nuclear) compreende uma das estratégias da capital para a sua reprodução.

Na atual fase do capitalismo, em que a ideologia opera no seu nível máximo, analisarmos tal instituição somente a partir dos dados empíricos não possibilita o seu desvendamento para além da aparência. É necessário, então, compreender o momento predominante de tal instituição na particularidade do capitalismo a fim de desvendar o papel central que ela cumpre na reprodução social, ou melhor, sua contradição nessa quadra histórica. A nosso ver, somente desse modo poderemos apostar em outras formas de estar e de vivência em família que não reproduzam a lógica societária de exploração/opressão. Assim, apostamos na transitoriedade das relações sociais. Sem essa demarcação a discussão em torno da família em nada nos separa das soluções concebidas a partir do ponto de vista do capital (HORST, 2018, p. 86).

Nesse sentido, o autor destaca a necessidade de um esforço teórico dos assistentes sociais para a compreensão da família para além de sua função social (reprodução biológica e física da força de trabalho) e sua transitoriedade histórica, que se manifesta nas diversas configurações familiares verificadas historicamente<sup>49</sup>, compreendendo que o trabalho

---

<sup>48</sup> “Na família monogâmica, a relação entre os homens e as mulheres, entre os pais e os filhos, entre as irmãs e os irmãos, entre as crianças de diferentes famílias é inteiramente distinta, qualitativamente distinta – ontologicamente distinta – das relações que encontramos nas sociedades igualitárias primitivas. Tal como nas sociedades primitivas não encontramos sequer um átomo do Estado, das classes sociais, da propriedade privada e do trabalho excedente, também não encontramos nelas nada que se assemelhe ao marido, à esposa e à prostituta. As relações primitivas entre os homens e as mulheres, entre os adultos e as crianças, as formas de parentesco, etc., por mais distintas ao longo do tempo e entre diferentes civilizações, não exibem traço algum das relações de poder que são a essência do casamento monogâmico. A entrada na história da família monogâmica representou a gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado). Em todos os casos, sem exceção (LESSA, 2012, p.28).

<sup>49</sup> De acordo com Szumanski (2002) apud Teixeira (2012, p. 22), “podemos distinguir nove tipos de composição familiar ou de família na contemporaneidade: 1) Família nuclear: são as famílias formadas pai, mãe e filhos biológicos, ou seja, é a família formada por apenas duas gerações; 2) Famílias Extensas: são as famílias formadas por pai, mãe filhos, avós e netos ou outros parentes, isto é, família formada por três ou quatro gerações; 3) Famílias Adotivas Temporárias: são famílias (nuclear, extensa ou qualquer outra) que adquirem uma característica nova ao acolher um novo membro, mas temporariamente; 4) Famílias adotivas: são as famílias formadas por pessoas que, por diversos motivos, acolhem novos membros, geralmente crianças, que podem ser multiculturais ou birraciais; 5) Famílias de casais: são as famílias formadas apenas pelo casal, sem filhos; 6)

profissional com famílias, deve considerar fundamentalmente a sua dimensão ideológica na sociabilidade burguesa, destacando assim, que ao realizar sua intervenção profissional junto à família, conforme requisitam as políticas sociais, o Assistente Social necessita considerar a família para além de si mesma, isto é, como parte integrante das relações de dominação e exploração presentes no capital, como forma de evitar posicionamentos e direcionamentos conservadores no tratamento da família no seu cotidiano, considerando o Projeto Ético Político profissional, que se fundamenta em princípios emancipatórios, tendo como norte central a liberdade.

Nesse sentido, considera-se que a família monogâmica e a propriedade privada, dentre outros elementos, são trincheiras que sustentam as relações de produção vigentes, a superação do modo de produção capitalista exige a superação de tais estruturas, o que determina o estabelecimento de novas formas de organização econômica, social e também familiar.

Todo esse contexto, parece evidente que se opera a partir das transmutações da categoria trabalho, que se transformou em elemento aprisionador, quando em sua ontologia se mostrava uma categoria de liberdade, desse modo, o retorno dessa atividade genérica ao homem é arquitetar para o futuro o retorno do homem a sua humanidade. Se outrora, a atividade do trabalho fora autônoma e propôs na consciência do homem sua emancipação, no tempo presente o trabalho explorado reivindica sua vida e sua alienação, uma subjugação plena de aniquilamento dos horizontes emancipatórios,

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser, não apenas meio de vida, mas o primeiro carência da vida, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (LUKÁCS, 1978, p. 16).

Portanto, um retorno ao trabalho espontâneo, enquanto elemento fundamental para a reprodução da vida social, e não para a produção de mercadorias para acumulação, é um caminho promissor para a construção de uma sociedade emancipada, na qual prevaleça a afirmação de princípios fundamentados no homem coletivo, isto é, do ser social considerado em sua coletividade genérica.

---

Famílias monoparentais: são as famílias chefiadas só pelo pai ou pela mãe; 7) famílias de casais homossexuais com ou sem criança: são as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, vivendo maritalmente, possuindo ou não crianças; 8) famílias reconstruídas após o divórcio: são famílias formadas por pessoas (apenas um ou o casal) que foram casadas, que podem ou não ter crianças de outro casamento; 9) famílias de várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo: são as famílias formadas por pessoas que moram juntas e que, mesmo sem ter a consanguinidade, são ligados fortemente por laços afetivos”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho dissertativo foi analisar a relação entre o Serviço Social e a família no contexto do debate teórico da profissão, considerando o seu desenvolvimento sócio histórico. Com tal perspectiva de análise, realizou-se uma discussão teórica das categorias fundamentais que balizam o debate referido: Família; Serviço Social, Políticas Sociais e Estado.

No primeiro capítulo, verificou-se a emergência das políticas sociais no cenário das contradições do sistema capitalista, nesse cenário, verifica-se que as políticas de proteção social, resultam das contradições que se estabelecem entre o capital e o trabalho no advento do amadurecimento da sociedade burguesa, que determina para as famílias que vivem do trabalho, um contexto de extremo aviltamento de suas condições de sobrevivência e reprodução social frente a "questão social". Destaca-se o aspecto político da "questão social", a partir da organização sócio política da classe trabalhadora na luta contra a exploração capitalista, que resulta na conformação dos sistemas de proteção social.

Considerando-se as particularidades da "questão social" na sociabilidade brasileira, identifica-se um tipo específico de política social nessa realidade, que se desenvolve acompanhando o movimento tardio e subordinado do desenvolvimento capitalista na América Latina, o que define para as políticas de proteção social brasileira um caráter residual e compensatório, focalizado, a princípio, apenas nos direitos do trabalho (cidadania regulada), e após a Constituição Federal de 1988, nas famílias e indivíduos, que já esgotaram os seus recursos próprios de sobrevivência, ou, que não conseguem inserção no mercado de trabalho. Sob as orientações neoliberais, as políticas sociais no capitalismo dependente, adquirem um caráter familista, que mais responsabiliza os membros do grupo familiar pela sua situação de pobreza, do que lhes garante proteção social.

Analisando as construções teóricas relativas à família no âmbito do Serviço Social no desenvolvimento de seu processo histórico, verifica-se um salto qualitativo no que se refere às construções teóricas sobre a família no âmbito do Serviço Social, considerando a tentativa, de agentes comprometidos com a teoria social crítica, de rompimento com o conservadorismo que caracteriza a profissão e suas concepções teóricas sobre a família em sua gênese.

A família ao longo do processo histórico do Serviço Social, é interpretada a partir de si mesma, desconsiderando-se a totalidade dos processos sociais que a conformam. A partir de fundamentos positivistas, e de suas variantes, identifica-se a naturalização da família, que é

interpretada, ora enquanto criação divina, ora enquanto uma categoria imutável, célula básica da sociedade responsável pela reprodução física da força de trabalho.

No debate atual, identifica-se que a teoria social crítica permitiu avanços significativos para a profissão no contexto do trabalho com famílias, a partir do movimento de Reconceituação profissional, como a desconstrução de um modelo ideal de família, baseado no modelo patriarcal burguês e a desnaturalização da associação da família enquanto um espaço privilegiado de afeto, proteção e felicidade, sem considerar suas contradições e conflitos internos (MIOTO, 1997). Demarca-se assim, a possibilidade dos profissionais empreenderem por caminhos que podem orientar a construção de uma intervenção profissional crítica, isto é, a romper com o conservadorismo presente nas relações institucionais e a culpabilização das famílias por sua situação de pobreza, posicionamento que tão bem caracteriza o Serviço Social tradicional.

Todavia, verifica-se também, a necessidade de aprofundamento da categoria família no âmbito da teoria social marxiana, considerando-se que as famílias, independentemente de suas configurações, reproduzem e contribuem para manutenção da lógica societária vigente, considerando que a família se localiza na base do processo de produção reprodução social e, conforme aponta Engels (2012), esta se modifica conforme se processa o desenvolvimento das forças produtivas. A família adquire particularidades específicas sob a sociedade burguesa, pois, no cenário complexo do capital, no qual, o trabalho enquanto elemento primário da vida social, é subvertido para favorecer o controle e a exploração, elementos secundários se afirmam, pois, uma nova forma de abuso se estabelece, tal movimento irá cobrar novos arranjos sociais que afirmam essa proposta. Entre as várias estratégias que se conjugam em favor da estruturação e manutenção dessas relações figuram o Estado capitalista, como o Direito, a religião, a educação, verifica-se também a família (MARX, 1985).

Desse modo, tal aprofundamento do estudo da família sob a teoria social crítica, faz-se necessário, para que seja possível a ruptura com o conservadorismo que caracterizou a gênese da profissão, considerando que a perspectiva de intenção de ruptura, iniciada no década de 1960, ainda constitui um processo inacabado no Serviço Social, pois no interior da categoria persiste a disputa de diferentes projetos societários, convivendo de maneira dialética, nesse sentido, apesar de o referencial marxiano permanecer hegemônico na orientação teórica do projeto profissional do Serviço Social, compreende-se que o conservadorismo nunca deixou de conformar o exercício profissional (BOSCHETTI, 2015).

Verifica-se que no trabalho realizado com famílias, pelos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais, persistem contradições e dificuldades para efetivação do exercício profissional comprometido com a direção social e política assumida hegemonicamente pela profissão, que refletem principalmente o afastamento do debate sobre a família no contexto da formação profissional (CARIAGA, 2011).

Nesse sentido, identifica-se no debate profissional concepções conservadoras e idealizadas da família, pois,

Como parte e expressão da discussão sobre famílias no âmbito da profissão, as mesmas aparecem desvinculadas da particularidade que assumiu no sistema do capital. Há uma percepção da família como responsável pela manutenção da vida do ponto de vista: a) da subsistência física; b) da dimensão psíquica; c) do espaço de tranquilidade e amparo (afetividade). A ausência do entendimento de tal instituição a partir de sua contraditoriedade tem levado a considerá-la como tipo ideal, defendendo que a mesma pode ser identificada apenas a partir da tríade: diálogo, amor e compreensão. A ênfase é na família como unidade em si mesma ou como unidade de tratamento, com destaque na dinâmica interna, a partir da possibilidade de êxito ou fracasso da vida familiar, sem levar em conta a relação com a sociabilidade. Trata-se do reflexo presente na profissão — expressão da ciência burguesa — que elege a família como a instituição de referência para compreender a realidade concreta, e nesse sentido, ocorre um deslocamento das determinações estruturais do sistema do capital, das classes sociais para o foco nas “relações”, donde conforme sabemos só podem resultar na psicologização, moralização e responsabilização dos indivíduos e suas famílias (Horst, 2018). (HORST; TENORIO, 2019, p. 322).

Nessa direção, Iamamoto (2019), aduz que atualmente a profissão, bem como a sociedade brasileira, vive tempos sombrios, com profundas regressões ao projeto conservador, aliado aos interesses do grande capital produtivo e das finanças, o desafio posto cotidianamente para os profissionais é a luta contra tais regressões, mantendo e aprofundando as conquistas do período de renovação do serviço social.

Desse modo, considera-se fundamental decifrar a realidade que permeia as ações cotidianas junto às famílias e sujeitos, a partir da teoria social crítica, de maneira que intervenção profissional possa viabilizar alternativas às ações que naturalizam e contribuem para a manutenção da ordem vigente. É salutar, portanto, destacar a importância do debate sobre o Serviço Social e a família, considerando as particularidades que esta adquire no sistema capitalista, isto é, as suas contradições, decifrando os seus paradoxos, para então avançar na construção de alternativas que evidenciem horizontes com foco na luta coletiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988

BRASI. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**(Loas).\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004.

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade: O Serviço Social no Século XXI**, São Paulo, ano XVII, n 50, 1996.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.

ALAPANIAN, Silvia. A crítica marxista do Direito: um olhar sobre as posições de EvgeniPachukanis. **In Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 26, p. 1526, set. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3794/3050>> Acesso em: 12/03/2019.

BARDIM, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. 7ª edição. Editora Cortez. São Paulo. 2008.

BARBIERI, Terezita. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. **Revista Interamericana de Sociologia**, México, ano 6, n.2-3, maio/dez. 1992.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 2000. Disponível em:<[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto1-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf)>. Acesso: 28/02/21.

BEHRING. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine Rossetti, SANTOS, Silvana 28 **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016 .

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história. Biblioteca Básica de Serviço Social**. V. 2. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez. 2016.  
BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BURGINSKI, M, V. **O “novo” desenvolvimentismo da CEPAL: contrarreforma do Estado, empregabilidade e redução de direitos no Século XXI**. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Salete Boschetti. Brasília-DF, agosto de 2016. TESE DE DOUTORADO - Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS. Universidade de Brasília – UnB.

BRANT, Maria do C. A Proteção Social Destinada às Famílias Brasileiras. In Revista de **Serviço Social & Sociedade**, no. 42, 1993.

CAMPOS, M. S. O Casamento da Política Social com a Família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R.C.T.; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C. M. (Org). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 21-43.

CAMPOS, Marta S. e MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. In **Ser Social: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**. Janeiro a junho, 2003.

CAMPOS, Marta S. Família e Proteção Social: Alcances e Limites, in ZOLA, M.B., Cooperação Internacional para a Proteção Social de Crianças e Adolescentes – **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. São Bernardo do Campo, SP: Fundação Criança, Intermídia Editoração Gráfica, 2008. Edição poliglota: português/ espanhol/ italiano/ francês. Vários tradutores.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 15-34, 2020.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARIAGA, M. H. S. A particularidade da prática com famílias nos Centros de Referência da Assistência Social de Palmas do Tocantins. **Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC/SP**. 2011.

CORREIA, M. V.C. O Conselho de saúde e os rumos da Política de saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente as condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Recife, 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – **Pós- graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco**.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. In: **Revista de Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145 – 165, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282 p.

COSTA, G.M.; SANTOS, E.P. Sobre as origens da questão social. VIII **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** – ENPESS/ABEPSS- Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJR, novembro de 2002.

COSTA. Gilmaisa Macedo da. Revisitando o Serviço Social clássico. **In Revista EM PAUTA**, Rio de Janeiro 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 166 - 180.

DANELLI JUNIOR, C. A. **O Modelo Alemão De Seguridade Social: Evolução Histórica A Partir De Bismarck**. RIDB, Ano 2 (2013), nº 14. Disponível em :<<[http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/14/2013\\_14\\_16485\\_16520.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/14/2013_14_16485_16520.pdf)>>. Acesso: 17/02/2021.

DA MATTA, Roberto (1985) **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliens.

DA FONSECA, Cleomar Campos. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Revista Temporalis**, v. 16, n. 31, p. 189-218, 2016.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, trabalho e cotidiano**. Brasil- 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1983.



DI GIOVANNI, Geraldo. "Sistema de Proteção Social: uma introdução conceitual". In: OLIVEIRA, Marco Aurélio de (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas, São Paulo, UNICAMP, IE, 1998.

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.325-355.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

ENGELS, Friedrich. A família monogâmica. In: CANEVACCI, Massimo. **Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Traduzido do alemão: Der Ursprung der Familie, des privateigentums und des Staats, por Leandro Konder.

ESCORSIM NETTO, L. **O Conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

EUZÉBY, Alain. Proteção social, pilar da justiça social/ Alain Euzéby. In **Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil**, França e Portugal/ Aldaíza Sposati; (org). São Paulo: Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da violência. IN: SOUSA JR., José Geraldo de [et al.] organizadores. **Educando para Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade**. Porto Alegre, 2014.

FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Período Republicano, 1889-1964**. São Paulo: Difel, 1975-1984. (4 volumes).

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – 2ª edição** revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FIGUEIREDO, Suely Mara Ribeiro. Linguagem e Mente em TerrenceDeacon. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Programa de Pós-Graduação em Filosofia**. Florianópolis, SC, 2017.

FREDERICO, Celso. Classe e Lutas Sociais. In: ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 255-266.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro, José Olympio. 1981.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, LoraineSlomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H. (Org.).RS: **imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GIOVANNI, D. (1988). Sistemas de proteção social: Uma introdução conceitual. In M. A. Oliveira, (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP.

GOUVEIA, D.C. **A autoridade parental nas famílias reconstituídas**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – SP. 2010.

GOMES, A. C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

GOODE, William J. **A Família**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais,1970.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PE, Editora, 1986.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HEGEL, Georg W. F. **Fenomenologia do espírito**. 2. ed. rev. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/USF, 2003, v. Único.

HORST, Claudio H. Miranda. **Família, Marxismo e Serviço Social: Desvendando o Invólucro Místico** / Claudio H. Miranda Horst; orientador, Regina Célia TamasoMiotto. 217 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

HORST, Claudio H. Miranda, TENORIO, Emily, Marques. Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar. 308 **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 135, p. 308-326, maio/ago. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO Raul. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, M. V. (2019). Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, 136, 439-461. doi:10.1590/0101-6628.188

IAMAMOTO, Marilda, Vilela. A questão social no capitalismo. IN: **Revista Temporalis**. Ano II. n. 3. ABEPSS. Brasília: 200.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, 20 ed., Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

JORGE, Camila Felice. **A construção teórica das relações entre família e Serviço Social Brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários**. São Paulo, 2009 – 102 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de and MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis** [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.37-45. ISSN 1982-0259. <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso: 01/04/2021.

LUKÁCS, Georg. **O Que é Marxismo Ortodoxo?**, In: História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

LIMA, Daniele Gomes de. Trabalho e proteção social no Brasil tendências e reconfigurações no capitalismo contemporâneo. **R. Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, V. 3, n. 5, p. 53-85, Jul./dez. 2017.

LIMA, Danilo Pereira. O leviatã e as guerras religiosas do século XVII: uma análise do estado absolutista a partir de Thomas Hobbes. **Revista do Direito Público**, Londrina, v.10, n.1, p.9-30, 2015.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MENEZES. A. M. **Justiça Social e Direito no Processo de Formação e de Trabalho do Serviço Social**. PUC, 2016. Tese de doutoramento.

MACEDO, Dayana Valério Coimbra de. Algumas considerações sobre o trabalho e sua precarização no contexto capitalista. In: **Revista em pauta**, Rio de Janeiro \_ 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 240 - 255. Disponível: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/36700/26327>> acesso: 01/03/2021.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e II I, 6, 1974b.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. Posfácio da segunda edição. In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v.1. p.8-17.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica de economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, Luciana. A Matricialidade Sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014 GT2 – **Familismo nas Políticas Públicas**- Coord. Regina Célia T. Miotto e Marta Campos. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2\\_Luciana%20Marques.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf)> . Acesso em: 28/02/2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2. ed. tradução: Roberto Grassi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MENEZES. Ana Maria. **Justiça social e Direito no processo de formação e de trabalho do Serviço Social**. Tese de doutorado- PUC-SP, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19489/2/Ana%20Maria%20Menezes.pdf>> acesso:04/03/2021.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. PEREIRA, Maria Rita De Cássia Sales; RODRIGUES, Pablo De Andrade; LOSS, Bruno Zottele. Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica. In: **Dimensões**, vol. 26, p. 277-291. ISSN: 2179-8869. 2011 Disponível em: < <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2594/2090>> Acesso em: 03 de março de 2021.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v.16, 2013.

MIOTO, R.C.T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, V. 12, n. 2, jan/jun. 2010.

MIOTO, R.C.T. Família e Serviço Social. In: **Revista Social e Sociedade**. (55). São Paulo: Cortez, 1997.

MIOTO, R.C.T. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate". **Revista de Políticas Públicas**. Jan./jun. 2004. Vol. 8, nº 1, p. 133-143.

MIOTO, R.C.T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Texto e Contextos**, vol. 3, nº 1, dez, 2004.

MIOTO, R.C.T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, V. 12, n. 2, jan/jun. 2010.

MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Claudia Terra do. BRANCHER, Vantoir Roberto. OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A Construção Social do Conceito De Infância: Uma Tentativa de Reconstrução Historiográfica. **Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04 ã 18, jan. / jun. 2008.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 143-163, 2017.

PAIVA, B; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**, v. 9 jul/dez. Florianópolis. 2006.

PAOLI, Maria Célia. **A família operária**: notas sobre sua formação histórica no Brasil. Tempo Social; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1992.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio da autodeterminação no serviço social**: visão fenomenológica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1981.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

PAULO NETTO, J. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

PAULO NETTO, J. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2017 (a).

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez editora, 2009.

PAULO NETTO, J. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. In **Revista de Serviço Social & Sociedade**, no. 48, 1995.

PEIXOTO, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. **Revista Pro-Posições** v.19 n.1 Campinas jan./abr. 2008.

PEREIRA, L. C. Bresser. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. As políticas dos anos 90: crise ou reestruturação? In: **Debates Sociais**. Rio de Janeiro: CBCISS, n.57, p.65-72, 1999.

PEREZ, Davi Machado. **Consolidação e atualidade do Capitalismo Dependente no Brasil: Contribuição ao debate teórico no Serviço Social**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133224/333793.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em: 24/02/2021.

PIMENTEL, Edilene. **Uma nova questão social? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.

PONTES, R. N. (1989). A propósito da categoria de mediação. **Serviço Social e Sociedade**. (nº 31).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRADO, D. **O que é família**. 2º edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil (1890/1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 1997.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Ed.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

RIBEIRO, Darcy. 1995. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RICHMOND, M. **Caso Social Individual**. Buenos Aires: Humanitas, 1962.



SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, J. S. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: elementos para o debate. In: Dossiê: **A “questão social” temas & matizes**. v. 9 , n. 17, p. 125-150.2010. Disponível em< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707>>. Acesso em: 20 jan 2021.

SANTOS, Rosimeire dos. **Proteção Social e Trabalho social com a minha, a sua e a nossa**. /Rosimeire Santos; Orientadora Professora Dra. Adailza Oliveira Sposati. São Paulo, 2016. 174 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

SANTOS, Rosimeire dos. **Estado, famílias e proteção social: a responsabilidade é de quem?** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22043>>. Acesso: 04/04/20121.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, M., O., da S. **Trinta anos da revista serviço social & sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil**. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Cláudia Neves da. A Presença de postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social. Semina: **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 24, p. 87-100, Set. 2003.

SILVA, L. M. M. R. **Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 1982.

SIERRA, V.M. **Família: teorias e debates** – São Paulo: Saraiva, 2011.

SINGLY, François de; PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**.1 ed, São Paulo: Madras, 2009. 747p.

SPOSATI, A. de O. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**, 8.ed. São Paulo:Cortez, 2003.

SOUSA, F. S de. MOURA, M. A. G. Uma discussão acerca da questão de gênero e o Serviço Social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013. Anais... 2013.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

TARANDACH ER. **Diagnóstico psicossocial da família**. Petrópolis: Vozes; 1978.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada. **Emancipação**, Ponta Grossa, 13(1): 75-86, 2012. Disponível em <>. Acesso em: 25/04/2019.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo- 1900/2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Madri: BAC, 1957.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro, Agir, 1977.

VERONEZE, Renato Tadeu. A realidade coisificada e reificada em tempos de manifestações sociais. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, 14(1): 33-45, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>>. Acesso em: 03/04/2019.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila e LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção Social: introduzindo o debate. In: VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, Eduardo M. e IBÁÑEZ, Nelson (org.). **Proteção Social: Dilemas e Desafios**. SP: Hucitec, 2005.

VIEGAS, Simone Soares. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

YAZBEK, M. C. **Sistemas de Proteção Social, intersectorialidade e integração de políticas sociais.** Janeiro, 2012.

ZOLA, M. B. Políticas sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. (Orgs.) MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direitos e cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

**APÊNDICE A - ARTIGOS SOBRE FAMÍLIA PUBLICADOS NA REVISTA  
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

**APÊNDICE A- ARTIGOS PUBLICADOS SOBRE FAMÍLIA NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

Número	Ano	Título	Autoria
08	1982	Pró-Família: Planejamento familiar ou controle de natalidade	Maria Virgínia Hermácula, Marista A. Evangelista, Neuza C. Lima; Yurico Ttamiya
21	1986	Relatório- Síntese do Seminário Latino-Americano sobre família e comunidade	Maria Lúcia Martinelli e Noberto Alayon
24	1987	A Violência no Cotidiano das Famílias de Camadas populares	Maria Amália Faller Vitale
25	1987	Seminário Latino-Americano sobre Família e comunidade	Seno Antonio Cornely
25	1987	<i>La Familia y la Comunidad Latino Americana</i>	Maria das Dores Costa e Sandra Lúcia B. Cavalcanti
33	1990	Administração da Produção Doméstica e Reprodução da Força de Trabalho das Famílias Inseridas no Setor Informal de Natal, RN	Maria das Dores Costa Sandra Lúcia B. Cavalcanti
37	1991	Planejamento Familiar como um Direito Humano: Uma experiência em empresa do interior do Paraná	Rosi Maria Sinjal
42	1993	As Trabalhadoras Sociais e as Famílias Pobres em Paris	Cristina Almeida C. Figueiras
42	1993	A Proteção Social Destinada às Famílias Brasileiras	Maria do Carmo Brant
42	1993	Informativo sobre o Ano Internacional da Mulher	Romeu Kazumi Sasaki
46	1994	Família: A crise de um modelo hegemônico	Rosamélia Ferreira Guimarães
46	1994	A Mulher Migrante Nordestina e a Organização do Cotidiano na Dinâmica do seu Grupo Familiar	Maria Luzia Clemente
48	1995	Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a	Potyara A. P. Pereira

		Família	
48	1995	A Experiência com Famílias Substitutas em Kent	Louis Ruddlesden, Viviane N. A. Guerra
49	1995	<i>El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar</i>	Nidia Aylwin de Barros
55	1997	Família e Serviço Social: Contribuições para o debate	Regina Célia Tomaso Mioto
57	1998	Famílias Chefiadas por Mulheres: Relevância para uma política social dirigida	Luiza Carvalho
67	2001	Poder Judiciário e Violência Doméstica Contra a Mulher: A defesa da família como função da justiça	Lourdes de Maria Leilão Nunes Rocha
67	2001	<i>Néthodologie de lamédiation familiale</i>	Justin Lévesque por Eliedite Mattos Avila, Eliedite Mattos Ávila
71	2002	Famílias Monoparentais: Indagações	Maria Amália Faller Vitale
71	2002	Família e Proteção Social: Questões atuais e limites da solidariedade familiar	Dalva Azevedo Gueiros
71	2002	A Família na Amazônia: Desafios para a assistência social	Carlos Alberto Batista Maciel
71	2002	Famílias: Uma experiência em grupo	Rosamélia Ferreira Guimarães
71	2002	Famílias de Baixa Renda na Periferia do Município de São Paulo: Questões para os serviços de saúde	Regina Marai Giffoni Marsiglia
81	2005	Direito à Convivência Familiar	Dalva Azevedo Gueiros, Rita de Cássia S. Oliveira
83	2005	Relato de Experiência: Instituição do Programa Família de Apoio na Direção de Política Pública de Acolhimento	Abigail Aparecida de Paiva

<b>86</b>	2006	Gênero, Políticas Públicas e Centralidade na Família	Cássia Maria Carloto
<b>103</b>	2010	Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres	Verônica Gonçalves Azeredo
<b>111</b>	2012	Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas	Jane Valente
<b>124</b>	2015	Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo	Regina Célia TamasoMiotto
<b>129</b>	2017	A atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental	Thais Tononi Batista
<b>130</b>	2017	Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão	Eliane Martins de Souza Guimarães
<b>135</b>	2019	Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação família	Claudio Horst Emilly Marques Tenorio